

**Síntese dos
Indicadores Sociais
do Piauí - 2025**

CJET CENTRO DE INTELIGÊNCIA
EM ECONOMIA E ESTRATÉGIA
TERRITORIAL

SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO
SEPLAN

**GOVERNO DO
PIAUI**
AQUI TEM PARADISO
AQUI TEM FUTURO

Síntese dos **Indicadores Sociais** do Piauí - 2025



Governo do Estado do Piauí

Rafael Tajra Fonteles

Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN)

Washington Luís de Sousa Bonfim

Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial (CIET)

Cíntia Bartz Machado

Diretoria de Economia Aplicada e Estatística (DEAE)

Diarlison Lucas da Silva Costa

Diretoria de Análise e Avaliação de Políticas Públicas (DAPP)

Renata de Lacerda Antunes Borges Lopes

Diretoria de Planejamento e Inteligência Territorial (PLANTI)

Bruna de Freitas Iwata

Coordenação da Síntese de Indicadores Sociais do Piauí

Liége de Souza Moura

Equipe de Elaboração

Antônio Alberto Ibiapina Costa Filho

Caio Aragão Gonçalves

Geovana Machado Pereira

Geysivan Campos Sampaio

Glauco Filipe Silva Sampaio

Lohana dos Santos Abreu

Marcos Pereira da Silva

Pedro Henrique Soares da Silva

Setor de Publicações

Luciana Maura Sales de Sousa

Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

Normalização

Adriana Melo Lima

Capa e diagramação

Marcos Matheus Pereira Barbosa

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Adriana Melo Lima CRB -13/842

Síntese dos Indicadores Sociais do Piauí [recurso eletrônico] / CIET/SEPLAN Teresina : CIET/SEPLAN, 2022.

68 p. : il. Color. : v. 3, n. 1

Anual

1. Estatística 2. Indicadores sociais 3. Piauí I. Título.

CDU 311.141:308(812)

Contato

Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial - CIET/SEPLAN

BIBLIOTECA PÁDUA RAMOS

Av. Miguel Rosa, 3190/Centro Sul

CEP: 64001-490 – Teresina – PI

Telefone: 0xx86 3221-4809, 3215-4252 – Ramal 21/22

Sítio: www.seplan.pi.gov.br/cepro/publicacao

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo dos Indicadores Piauí, Nordeste e Brasil.....	9
Quadro 2 – Resumo Comparativo dos Indicadores Sociais do Piauí.....	10
Quadro 3 – Situação de segurança e insegurança alimentar no Piauí, Nordeste e Brasil –2023-2024	32

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Macrorregiões do Piauí.....	15
Mapa 2 – Piauí: Territórios de desenvolvimento.....	16
Mapa 3 – População residente no Piauí – 2022.....	18
Mapa 4 – Densidade demográfica no Piauí – 2022	20

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Radar dos Indicadores do Piauí	11
Gráfico 2 – Série histórica da população residente do estado do Piauí – 1872-2022.....	19
Gráfico 3 – Série histórica da densidade demográfica do estado do Piauí – 1872-2022	21
Gráfico 4 – Proporção da população em situação de pobreza com benefícios no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024 (%)	25
Gráfico 5 – Proporção da população em situação de pobreza sem benefícios Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024 (%)	26
Gráfico 6 – Proporção da população coberta pelo Programa Bolsa Família no Piauí, Nordeste e Brasil – 2017-2024 (%).....	27
Gráfico 7 – Valores médios dos benefícios do PBF no Piauí, Nordeste e Brasil – 2019-2024 (R\$)	29
Gráfico 8 – Proporção de famílias inscritas no CadÚnico no Piauí, Nordeste e Brasil – 2017-2024 (%)	30
Gráfico 9 – Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Piauí, Nordeste e Brasil – 2018-2024.....	34
Gráfico 10 – Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade no Piauí, Nordeste e Brasil – 2018-2024.....	35
Gráfico 11 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Piauí, Nordeste e Brasil – 2018-2024 (%)	36
Gráfico 12 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 25 anos ou mais de idade no Piauí, Nordeste e Brasil – 2018-2024 (%)	36
Gráfico 13 – Percentual da população (14 anos ou mais) com o Ensino Fundamental completo no Piauí, Nordeste e Brasil – 2018-2024 (%)	39
Gráfico 14 – Mortalidade na infância no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024 (%)	42
Gráfico 15 – Taxa de mortalidade neonatal* no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024 (%) ...	44
Gráfico 16 – Taxa de informalidade de pessoas de 14 anos ou mais no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024 (%).....	Erro! Indicador não definido.
Gráfico 17 – Taxa de formalidade de pessoas de 14 anos ou mais no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024 (%).....	Erro! Indicador não definido.
Gráfico 18 – Distribuição percentual da pessoa idosa por posição na ocupação 60 anos ou mais no Piauí, Nordeste e Brasil – 2024 * (%)	54
Gráfico 19 – Rendimento médio mensal do trabalho das pessoas de 60 anos ou mais no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024 *	55
Gráfico 20 – Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais por grupamento de atividades no trabalho no Piauí, Nordeste e Brasil – 2024.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Área do estado do Piauí	15
Tabela 2 – Composição da população do Piauí de acordo com o sexo – 2022	22
Tabela 3 – Composição da população do Piauí por raça – 2022	22
Tabela 4 – Composição da população do Piauí por faixa etária – 2022 (%).....	23
Tabela 5 – Taxa de frequência escolar bruta Piauí, Nordeste e Brasil – 2016-2024 (%)	37
Tabela 6 – Taxa de frequência escolar líquida no Piauí, Nordeste e Brasil – 2016-2024 (%)..	38
Tabela 7 – Taxa de distorção idade-série (Ensino Fundamental II) – Rede pública estadual no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024 (%).....	39
Tabela 8 – Taxa de distorção idade-série (Ensino Médio) – Rede pública estadual no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024 (%)	40
Tabela 9 – Distribuição de matrículas segundo a rede de ensino no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024	40
Tabela 10 – Esperança de vida ao nascer no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024	42
Tabela 11 – Taxa de mortalidade materna global ¹ no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024 (%)	45
Tabela 12 – Números absolutos de estabelecimentos de saúde no Piauí, Nordeste e Brasil – 2019-2023	45
Tabela 13 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024 (%)	48
Tabela 14 – Pessoas de 14 anos ou mais por raça ou cor, no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024	49
Tabela 15 – Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais por sexo no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024 (%)	50
Tabela 16 – Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade por raça ou cor no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024 (%).....	51
Tabela 17 – Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais por grupamento de atividades de trabalho no Piauí – 2020-2024	57
Tabela 18 – Rendimento médio mensal real da população residente no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024	59
Tabela 19 – Coeficiente de Gini no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024	60

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
RESUMO DOS INDICADORES	9
1 INTRODUÇÃO	13
2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS – TERRITÓRIO E POPULAÇÃO	14
2.1 Área territorial.....	15
2.2 Divisão política e regional.....	15
2.3 População residente.....	17
2.4 Distribuição da população por sexo, cor ou raça	22
2.5 Distribuição populacional por grupos faixa etária	22
3 CONDIÇÕES DE VIDA	23
3.1 Situação de pobreza com benefícios	24
3.2 Situação de pobreza sem benefícios	25
3.3 Assistência social e segurança alimentar	27
3.3.1 Programa Bolsa Família	27
3.3.2 Valor médio do benefício do Programa Bolsa Família	28
3.3.3 Proporção de famílias inscritas no CadÚnico	29
3.3.4 Segurança alimentar	31
3.4 Educação.....	33
3.4.1 Escolaridade média	33
3.4.2 Taxa de analfabetismo.....	35
3.4.3 Taxa de frequência escolar bruta e líquida	37
3.4.4 Distorção idade-série	39
3.4.5 Número de matrículas	40
3.5 Saúde.....	41
3.5.1 Expectativa de vida ao nascer.....	41
3.5.2 Mortalidade na infância.....	42
3.5.3 Mortalidade Neonatal	43
3.5.4 Mortalidade materna	44
3.5.5 Estabelecimentos de saúde.....	45
4 TRABALHO, EMPREGO E RENDA.....	46
4.1 Ocupação e Desocupação	47
4.2 Formalidade e informalidade	51
4.3 Perfil das Pessoas Idosas no Mercado de Trabalho.....	53
4.4 Pessoas ocupadas, na semana de referência, por grupamento de trabalho principal.....	56
4.5 Rendimentos (valor médio, classes de rendimento, coeficiente de Gini)	58
REFERÊNCIAS.....	61
GLOSSÁRIO	63

APRESENTAÇÃO

O Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial (CIET) apresenta a Síntese dos Indicadores Sociais do Estado do Piauí 2025. Esta é uma publicação anual e tem como objetivo apresentar à sociedade piauiense um conjunto de informações sobre os indicadores sociais do Estado.

O cerne da publicação é flexível, selecionando temas e indicadores que enriquecem a análise da realidade social piauiense sob múltiplas perspectivas. Isso, sem a intenção de contemplar todos os aspectos em uma só publicação, pois o foco é fornecer caminhos que contribuam para uma compreensão mais ampla e diversificada do contexto piauiense. Nesta edição, foram incluídas novas abordagens referentes à população em situação de pobreza e pessoas idosas (60 anos ou mais) no mercado de trabalho.

A Síntese reúne indicadores essenciais, abordando temas estruturais, como educação e saúde, e oferecendo subsídios para o planejamento público e para estudos específicos por meio de comparações entre o desempenho do Piauí, do Brasil e da Região Nordeste. A partir de temas estruturais de grande relevância, pode-se traçar estratégias para melhorar as condições de vida, reduzir desigualdades e promover um desenvolvimento justo e sustentável.

Cíntia Bartz Machado
**Superintendente do Centro de Inteligência em
Economia e Estratégia Territorial (CIET)**

RESUMO DOS INDICADORES

Quadro 1 – Resumo dos Indicadores Piauí, Nordeste e Brasil

Indicadores	PI	Valores NE	BR
Condição de vida			
Situação de pobreza com benefícios (%) 2024	37,3	39,4	23,1
Situação de pobreza sem benefícios (%) 2024	47,1	47,7	28,7
Proporção da população coberta pelo Programa Bolsa Família (%) (2024)	45,3	42,0	25,6
Valores médios dos benefícios do PBF (R\$) (2024)	683,81	682,65	684,27
Proporção de famílias inscritas no CadÚnico (%) (2024)	66,39	60,63	43,79
Segurança Alimentar (%) (2024)	60,7	65,2	75,8
Educação			
Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (2024)	9,0	9,2	10,2
Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade (2024)	8,6	8,9	10,1
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%) (2024)	13,8	11,1	5,3
Taxa de analfabetismo das pessoas de 25 anos ou mais de idade (%) (2024)	16,7	13,5	6,3
Taxa de frequência escolar bruta 18 a 24 anos (2024) %	37,2	30,1	31,5
Taxa de frequência escolar líquida 18 a 24 anos (2024) %	26,1	22,1	27,3
Percentual da população (14 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental Completo (%) (2024)	7,9	8,3	8,5
Taxa de distorção idade-série (Ensino Fundamental II) – Rede Pública Estadual I (%) (2024)	19,5	26,5	14,5
Taxa de distorção idade-série (Ensino Médio) – Rede Pública Estadual (%) (2024)	25,7	23,9	19,8
Saúde			
Esperança de vida ao nascer (2024)	72,43	76,3	76,60
Mortalidade na infância (%) (2024)	16,3	15,64	14,87
Mortalidade neonatal (2024)	8,82	9,13	8,37
Taxa de mortalidade materna global (2024)	88,19	58,82	54,73
Trabalho, emprego e renda			
Taxa de informalidade de pessoas de 14 anos ou mais no Piauí (2024)	54,8	51,1	38,6
Taxa de formalidade de pessoas de 14 anos ou mais (2004) no Piauí	43,4	48,6	61,0
Coeficiente de Gini (2024)	0,493	0,502	0,506
Empregado com carteira de trabalho (%)	8,2	10,1	17,0
Rendimento médio do trabalho principal habitualmente recebido por mês (R\$) 60 anos ou mais	R\$ 3.167	R\$ 2.780	R\$ 3.561

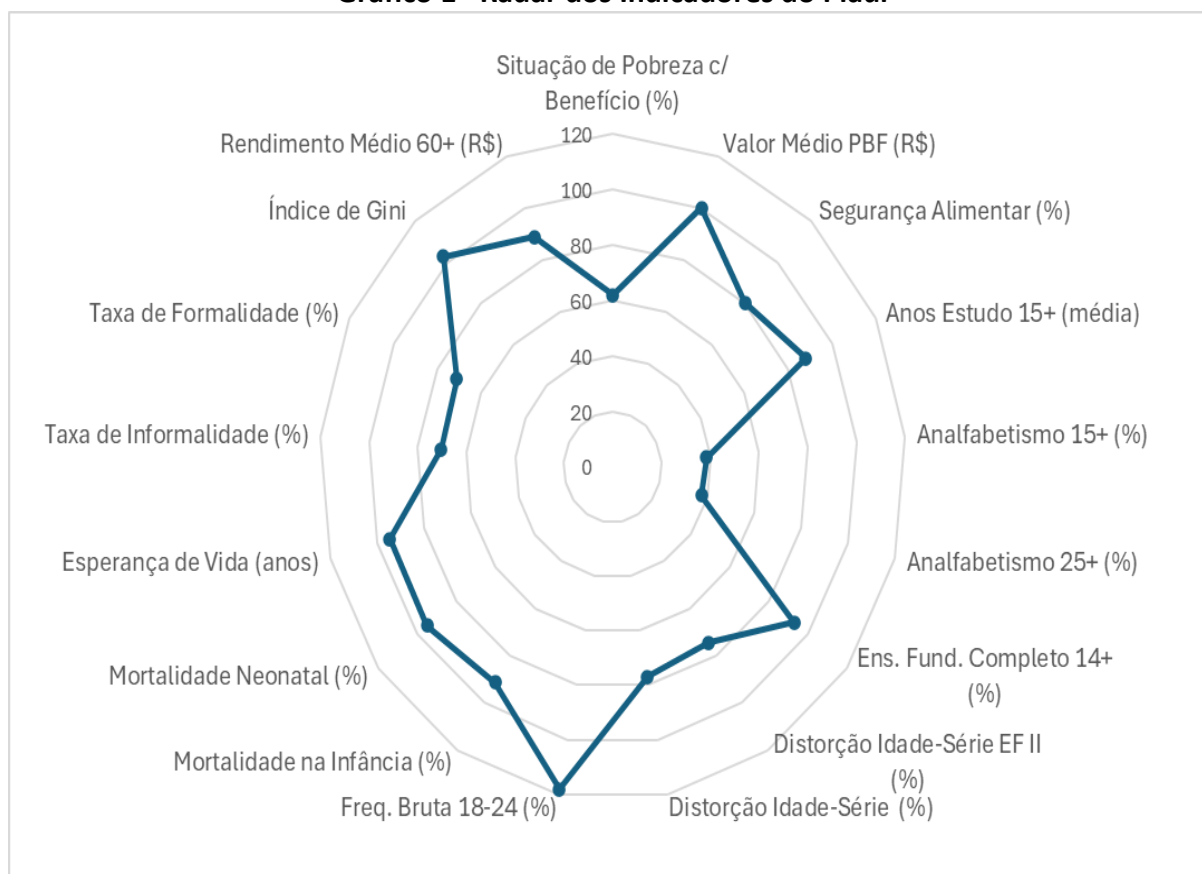
Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração: CIET/SEPLAN.

Quadro 2 – Resumo Comparativo dos Indicadores Sociais do Piauí

Indicadores	Anterior	Atual
Condição de Vida	2023	2024
Situação de pobreza com benefícios (%)	45,2	37,3
Situação de Pobreza sem benefícios (%)	54,6	47,1
Proporção da população coberta pelo Programa Bolsa Família (%)	46,3	45,3
Proporção de famílias inscritas no CadÚnico (%)	68,46	66,39
Valores médios dos benefícios do PBF (R\$)	676,81	683,7
Segurança Alimentar (%)	58,1	60,7
Educação	2023	2024
Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade	8,8	9,0
Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade	8,4	8,6
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)	13,3	13,8
Taxa de analfabetismo das pessoas de 25 anos ou mais de idade (%)	16,3	16,7
Percentual da população (14 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental Completo (%).	7,6	7,9
Taxa de distorção idade-série (Ensino Fundamental II) – Rede Pública Estadual (%).	22,5	19,5
Taxa de distorção idade-série (Ensino Médio) – Rede Pública Estadual (%) (2024)	28,9	25,7
Taxa de frequência escolar bruta 18 a 24 anos (%)	39	37,2
Taxa de frequência escolar líquida 18 a 24 anos (%)	23,6	26,1
Saúde	2023	2024
Mortalidade na infância (%) (2024)	17,10	16,3
Taxa de mortalidade neonatal (2024)	9,28	8,82
Taxa de Mortalidade Materna Global (2024)	54,62	88,19
Números absolutos de estabelecimentos de saúde (2023)	4.162	4.369
Esperança de vida ao nascer (2024)	72,27	72,43
Trabalho, emprego e renda no Piauí	2023	2024
Taxa de informalidade de pessoas de 14 anos ou mais no Piauí (2024)	53,4	54,8
Taxa de formalidade de pessoas de 14 anos ou mais (2024) no Piauí	45,6	43,4
Índice de Gini (2024)	0,552	0,493
Empregado com carteira de trabalho (%)	5,2	8,2
Rendimento médio do trabalho principal habitualmente recebido por mês (R\$) 60 anos ou mais	R\$ 3.951	R\$ 3.167

Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Gráfico 1– Radar dos Indicadores do Piauí



Fonte: PNAD/IBGE (2024); INEP (2024) Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

O Gráfico 1, no formato Radar, foi desenvolvido com o propósito de analisar os indicadores relacionados à Condição de vida, Educação, Saúde, Mercado de Trabalho e demonstrar o grau de proximidade entre os indicadores do Piauí e os indicadores do Brasil.

Os valores presentes no gráfico representam a proporção percentual dos indicadores do estado do Piauí em relação aos indicadores do cenário nacional. Quando os valores dos indicadores piauienses estão abaixo de 100%, demonstram valores inferiores ao nacional, ou seja, o Estado apresenta um desempenho inferior ao do Brasil. Por outro lado, quando os valores são iguais a 100%, significa que os indicadores do Piauí estão em consonância com a média nacional, refletindo um alinhamento em termos de desempenho. Entretanto, se os valores estão acima de 100%, isso indica que os indicadores piauienses são superiores aos brasileiros, sugerindo um desempenho melhor. Destacam-se, com os melhores percentuais, a Frequência Líquida de 18 a 24 anos, a Esperança de Vida, o Rendimento Médio da população com 60 anos ou mais; o valor médio PBF e o Índice de Gini.

O resumo dos indicadores contidos na Síntese dos Indicadores Sociais do Piauí permite uma análise estrutural da situação do Estado. Esses indicadores abrangem áreas essenciais como saúde, educação, renda e trabalho. Por meio desses dados, é possível analisar e compreender melhor a realidade social da população piauiense, identificando que, embora haja avanços significativos na retenção escolar e na distribuição de renda, persistem desafios estruturais na alfabetização e na formalização do trabalho para o pleno desenvolvimento do Estado.

1 INTRODUÇÃO

A Síntese dos Indicadores Sociais do Piauí cumpre uma função estratégica e complementar. Por um lado, subsidia o planejamento governamental e a formulação de políticas públicas ao disponibilizar informações capazes de orientar decisões estratégicas. Por outro, constitui um instrumento de *accountability*, permitindo que a sociedade acompanhe os efeitos das ações estatais sobre sua realidade. Dessa forma, contribui para a transparência, a prestação de contas e o fortalecimento da participação cidadã, ampliando a responsabilidade pública na gestão governamental.

Com abordagem quantitativa e descritiva, o documento tem como objetivo analisar indicadores sociais que expressam as condições de vida da população piauiense. Não se pretende esgotar a complexidade da realidade social, mas examinar um conjunto selecionado de indicadores organizados em três eixos temáticos: (a) aspectos demográficos; (b) condições de vida; e (c) trabalho, emprego e renda. Sempre que pertinente, as análises são desagregadas por grupos populacionais específicos e comparadas com recortes territoriais mais amplos, como a Região Nordeste e o Brasil.

A análise da realidade social, foco deste estudo, fundamenta-se no uso de indicadores que sintetizam dimensões observáveis da vida coletiva. Esses instrumentos configuram-se como um recurso metodológico empiricamente referenciado que informa sobre aspectos da realidade social e sobre transformações em curso (Jannuzzi, 2009). Assim, constituem suporte técnico para a tomada de decisão nas diferentes esferas governamentais e, simultaneamente, ampliam o acesso público a informações relevantes para distintos segmentos sociais.

A síntese está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo corresponde a esta introdução. O segundo capítulo apresenta os aspectos demográficos, com caracterização territorial e populacional do Estado, incluindo distribuição por sexo, raça ou cor e faixas etárias. O terceiro aborda as condições de vida, reunindo indicadores relativos à assistência social, segurança alimentar, pobreza, educação e saúde — entre eles, cobertura do Programa Bolsa Família, proporção de famílias no Cadastro Único, níveis de segurança alimentar, escolaridade média, taxas de analfabetismo, frequência escolar, distorção idade-série, expectativa de vida ao nascer, mortalidade neonatal e materna e disponibilidade de estabelecimentos de saúde. O quarto capítulo trata de trabalho, emprego e renda, analisando

taxas de ocupação e desocupação, formalidade e informalidade, distribuição por grupamentos ocupacionais, rendimento médio e coeficiente de Gini.

As informações apresentadas têm como principais fontes a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e o Censo Demográfico, ambos do IBGE, além de bases administrativas do Ministério da Saúde (DATASUS) e do Ministério da Educação (INEP/MEC). Referem-se majoritariamente ao ano de 2024 e resultam da consolidação de levantamentos oficiais que mensuram indicadores sociais em âmbito nacional, permitindo análises detalhadas das características socioeconômicas regionais.

A sistematização desses dados oferece uma visão abrangente das condições de vida no Piauí e constitui ponto de partida para reflexões e iniciativas voltadas ao aprimoramento das políticas públicas. A leitura integrada dos indicadores possibilita identificar áreas prioritárias de intervenção e orientar estratégias de desenvolvimento social, contribuindo para a promoção de maior equidade e qualidade de vida para a população.

2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS – TERRITÓRIO E POPULAÇÃO

A análise por territórios de desenvolvimento e da população piauiense transcende a simples contagem de habitantes e a medição da área. Esse estudo possibilita, entre outras observações, a identificação de aspectos importantes, como a densidade populacional e a distribuição demográfica em relação à idade, raça e sexo. Essas informações são importantes para a elaboração, gestão, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

A dimensão de uma área geográfica vai além de suas medidas físicas, servindo como instrumento para o planejamento, ferramenta intimamente relacionada ao espaço. Nesse cenário, o território exerce uma função fundamental na distribuição de recursos e serviços públicos, além de guiar a formulação de decisões políticas em diferentes níveis de governo.

As informações sobre o total da população e da área territorial foram coletadas nos resultados do Censo Demográfico de 2022. Os dados sobre a divisão da população por sexo e idade são oriundos desse levantamento, enquanto as informações sobre cor ou raça da população foram consultadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada trimestralmente.

2.1 Área territorial

A área total do Piauí, segundo os estudos realizados, pela Coordenação de Cartografia do IBGE (2022), é equivalente a 25.175.548,5 hectares, em que 6.732,0 hectares são de faixas litorâneas (Tabela 1).

Tabela 1 – Área do estado do Piauí

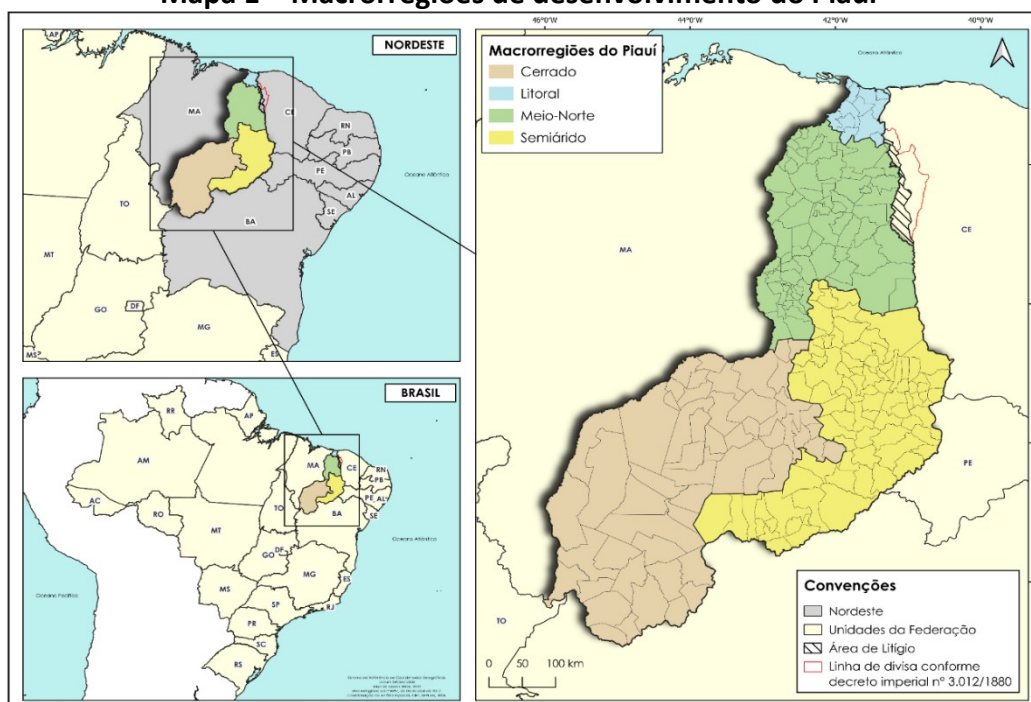
Discriminação	Área/Extensão (Km ²)	Área/Extensão (Hectares)
Área Total	251.755,499	25.175.548,50
Faixa Litorânea	6,732	—

Fonte: IBGE (2022). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

2.2 Divisão política e regional

A divisão em macrorregiões de desenvolvimento é uma forma de organizar e compreender as diferentes características geográficas, socioeconômicas e culturais de uma determinada região. O estado do Piauí é dividido em quatro macrorregiões: Litoral, Meio-Norte, Semiárido e Cerrado. Cada uma dessas macrorregiões possui características próprias e estão divididas de acordo com o Mapa 1.

Mapa 1 – Macrorregiões de desenvolvimento do Piauí

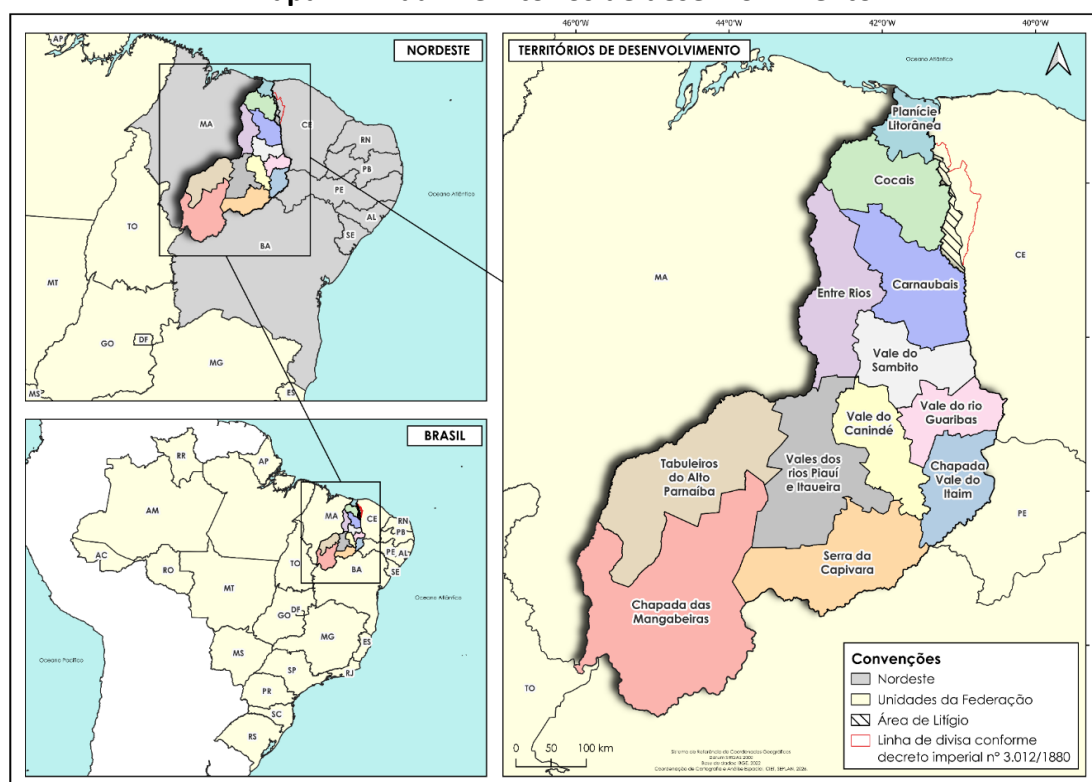


Fonte: Lei nº 6.997/2017. Elaboração: CIET/SEPLAN-PI (2025).

Para fins de planejamento da ação governamental, o estado do Piauí está organizado em 12 Territórios de Desenvolvimento (TDs), e estabelece o Planejamento Participativo Territorial voltado ao desenvolvimento sustentável. No Mapa 2, observa-se a espacialização desses territórios, evidenciando a subdivisão do espaço estadual conforme suas especificidades regionais. Essa organização territorial busca aprimorar a alocação de recursos e tornar mais eficiente a atuação do poder público.

Os TDs possibilitam a identificação das características econômicas, sociais e ambientais de cada região, favorecendo a formulação de estratégias mais adequadas às realidades locais. Dessa forma, contribuem para uma gestão mais integrada e para a promoção do desenvolvimento sustentável em todo o Estado.

Mapa 2 – Piauí: Territórios de desenvolvimento



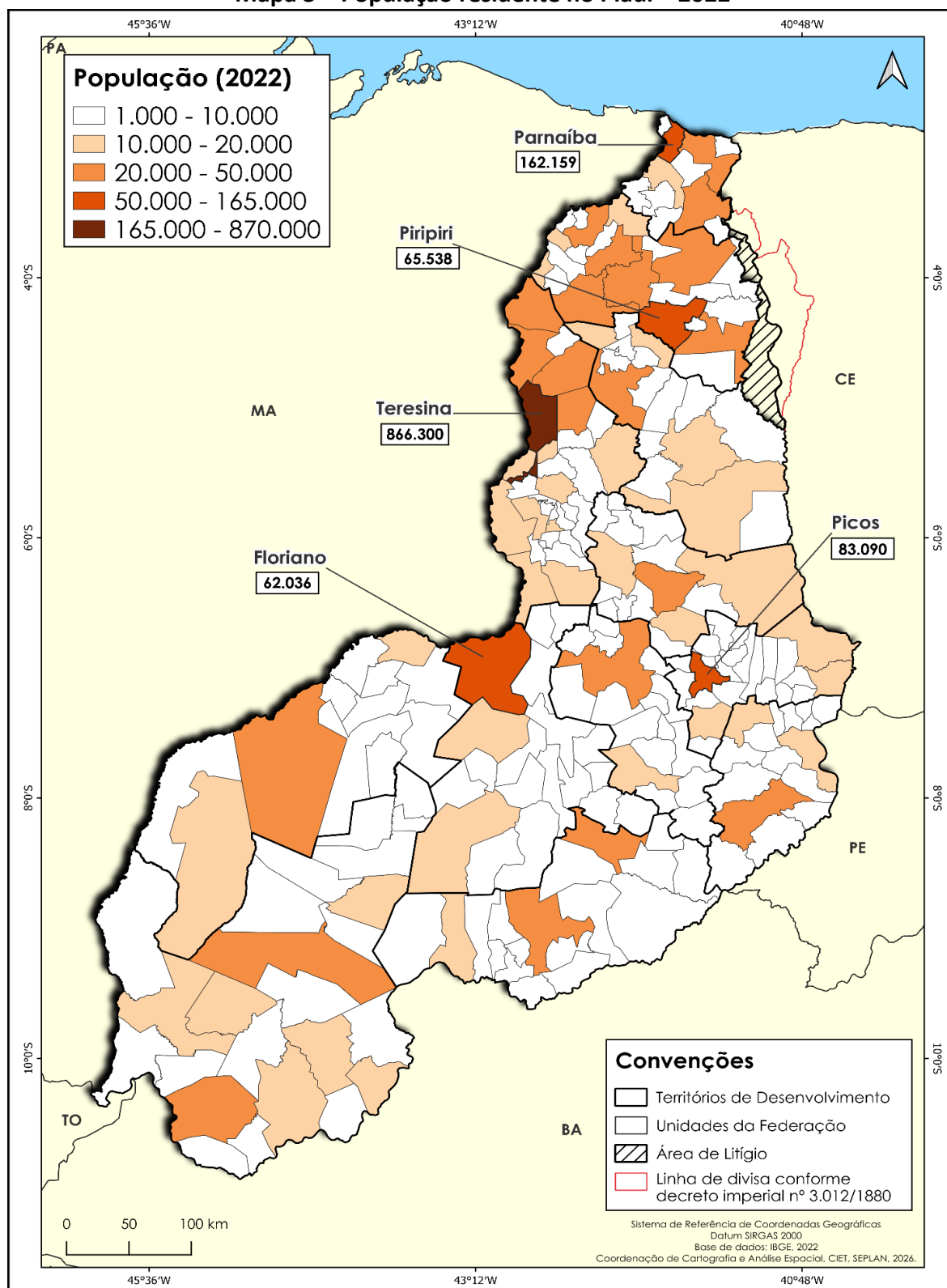
Fonte: Lei complementar nº 6.967/2017. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

2.3 População residente

A população do estado do Piauí, de acordo com o Censo de 2022, foi registrada em 3.271.199 habitantes (IBGE, 2022), representando 1,61% da população nacional. Para o ano de 2024, a estimativa é de 3.384.547 habitantes (IBGE, 2025), um crescimento de 3,2%. Esses números são fundamentais para a análise das transformações sociais e econômicas que o Estado vem experimentando, além de fornecerem subsídios essenciais para o planejamento e a implementação de políticas públicas voltadas ao bem-estar da população.

Ao analisar a distribuição da população residente (Mapa 3), observa-se uma concentração populacional nas áreas urbanas, com destaque para Teresina. A capital abriga uma população de 866.300 habitantes, correspondendo a 26,48% da população total do Estado. Este fenômeno é comum em muitos estados brasileiros, onde as capitais funcionam como polos de atração, concentrando atividades econômicas, políticas e de serviços. Além dela, outros centros urbanos também se sobressaem pela maior densidade populacional, como Parnaíba, Picos, Piripiri e Floriano.

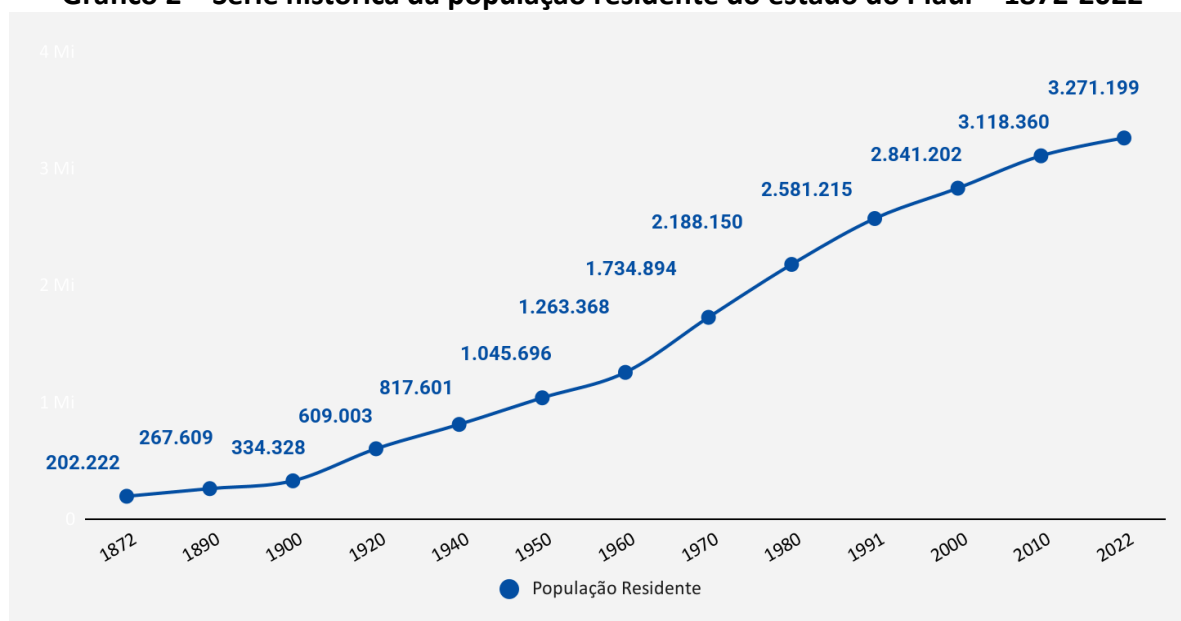
Mapa 3 – População residente no Piauí – 2022



Fonte: IBGE- Censo Demográfico (2022). **Elaboração:** CIET/SEPLAN (2025).

Outro dado relevante é o crescimento populacional do Piauí, que tem sido moderado, com taxas de crescimento mais baixas do que a média nacional. Isso pode ser atribuído a fatores como a redução da taxa de natalidade, migração para outros estados em busca de melhores oportunidades e a transição demográfica, em que a população jovem vai se tornando adulta, alterando o perfil etário da população (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Série histórica da população residente do estado do Piauí – 1872-2022

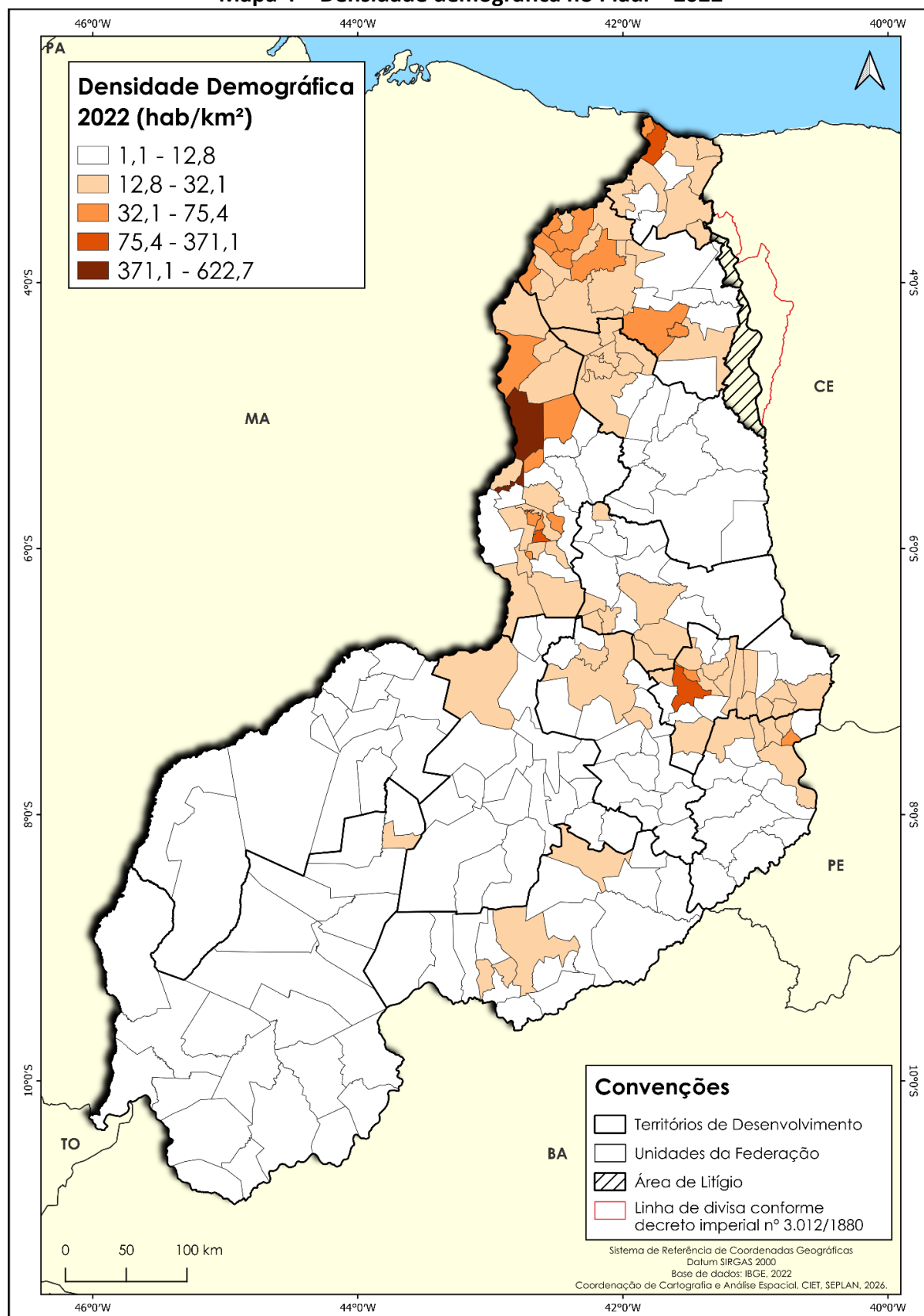


Fonte: IBGE- Censo Demográfico (2022). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Outra vertente é observar a população pela Área Territorial, isto é, a densidade demográfica (Mapa 4) definida como um indicador resultante do número absoluto da população total dividido pelo território da unidade geográfica (município, estado ou país), em quilômetros quadrados.

Esse indicador auxilia na formulação de políticas públicas em diversas áreas, como saúde, educação, transporte, habitação, entre outras. Mediante a análise da densidade demográfica de uma região, é possível identificar a concentração populacional e as necessidades específicas daquela área.

Mapa 4 – Densidade demográfica no Piauí – 2022

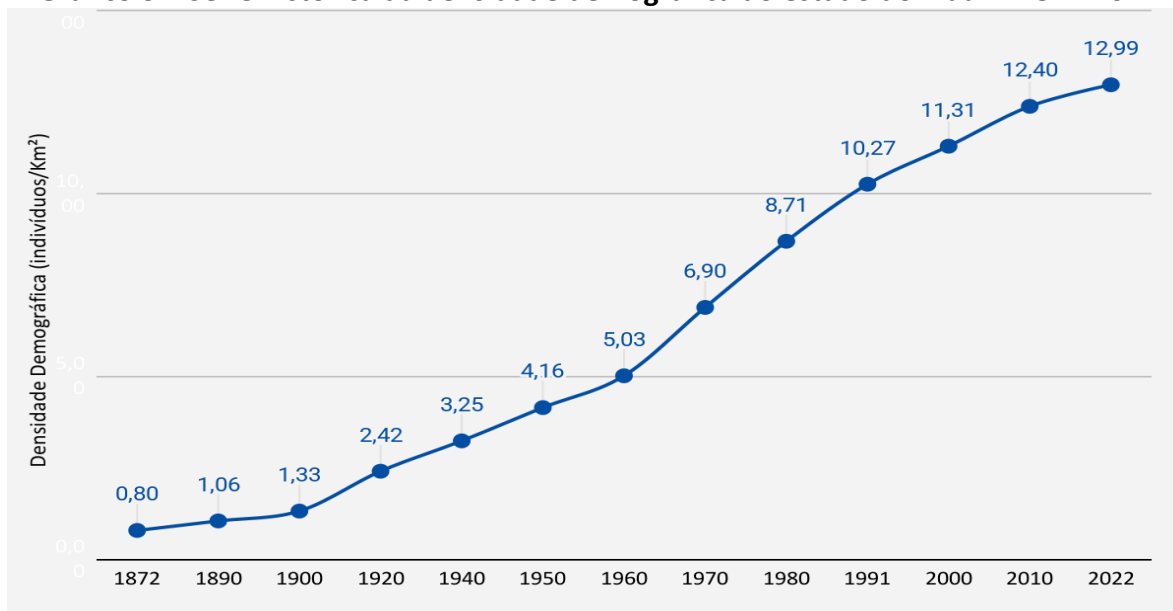


Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2022). **Elaboração:** CIET/SEPLAN (2025).

As regiões com alta densidade demográfica, requerem, por exemplo, aplicação de maior investimento em políticas de transporte público e moradia popular, para garantir o acesso da população aos serviços essenciais. Já em regiões com baixa densidade demográfica, pode ser necessário investir em políticas de incentivo à fixação de população e desenvolvimento econômico.

Comparativamente, entre os últimos Censos Demográficos, a densidade demográfica do estado do Piauí aumentou 0,59 pessoa por quilômetro quadrado. Em 2010, a densidade do Estado era de 12,40 e, em 2022, subiu para 12,99 pessoas por quilômetro quadrado. Na análise histórica dos censos, os menores aumentos nas densidades demográficas ocorreram entre 1872 e 1890, e entre 2010 e 2022, com incrementos de 0,26 para 0,59 pessoa por quilômetro quadrado, respectivamente. De forma inversa, o maior aumento da densidade populacional foi verificada entre os censos de 1970 e 1980, com 1,81 habitantes por quilômetro quadrado. O Gráfico 3 apresenta o crescimento da densidade demográfica piauiense de 1872 a 2022.

Gráfico 3 – Série histórica da densidade demográfica do estado do Piauí – 1872-2022



Fonte: IBGE-Censo Demográfico 2022. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

2.4 Distribuição da população por sexo, cor ou raça

De acordo com a estimativa do IBGE, a população do Piauí, em 2022, era composta por 48,9% (1.600.602) de pessoas do sexo masculino e 51,1% (1.670.597) do sexo feminino. Os dados mostram que a população feminina é maior do que a masculina, seguindo as tendências regional e nacional (Tabela 2).

Tabela 2 – Composição da população do Piauí de acordo com o sexo – 2022

Nível Geográfico	População (Mil)			População (%)	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Piauí	3.271	1.600	1.670	48,9	51,1
Nordeste	54.657	26.417	28.240	48,3	51,7
Brasil	203.080	98.532	104.548	48,5	51,5

Fonte: IBGE. Censo (2022). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Em relação à autodeclaração de cor ou raça, 21,3% (701.000) da população piauiense se considera branca, 10,7% (353.000) preta e 67,7% (2.234.000) parda (Tabela 3). A proporção de pessoas brancas, pretas e pardas no Estado segue um padrão semelhante à Região Nordeste, porém é diferente da média encontrada em todo o país.

Tabela 3 – Composição da população do Piauí por raça – 2022

Nível Geográfico	Total	População (Mil)			População (%)		
		Branca	Preta	Parda	Branca	Preta	Parda
Piauí	3.298	701	353	2.234	21,3	10,7	67,7
Nordeste	57.903	14.529	7.751	35.017	25,1	13,4	60,5
Brasil	214.680	92.033	22.347	97.833	42,9	10,4	45,6

Fonte: PNADC/IBGE (trimestral 2022). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

2.5 Distribuição populacional por grupos faixa etária

No Piauí, 59,3% da população é composta por pessoas entre 18 e 59 anos e a faixa etária com menor percentual está entre 14 e 17 anos, enquanto a população entre 40 e 59 anos é o maior grupo populacional, nas três esferas geográficas (Tabela 4).

Tabela 4 – Composição da população do Piauí por faixa etária – 2022 (%)

Nível Geográfico	0 a 13 anos	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais	Total
Piauí	19,3	6,3	11	23	25,3	15,1	100
Nordeste	19,6	6,2	11	23,1	25,5	14,6	100
Brasil	18,4	5,6	10,5	23,2	26,5	15,8	100

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2022). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

O Piauí, em relação à idade de sua população, segue a mesma tendência observada na média da Região Nordeste e do Brasil. Com base nas informações relativas à população piauiense, conclui-se que a maioria é composta por mulheres que a maior parte se autodeclara parda e se encontra na faixa etária de 25 a 59 anos.

3 CONDIÇÕES DE VIDA

A análise das condições de vida reúne indicadores relativos à assistência social, segurança alimentar, características dos domicílios, situação de pobreza, educação e saúde. No campo da proteção social, são considerados dados sobre o acesso a programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF), e a inscrição no Cadastro Único (CadÚnico), instrumentos essenciais para identificar e acompanhar famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A pobreza é compreendida como a insuficiência de renda familiar para suprir necessidades básicas e assegurar condições mínimas de bem-estar. Essa condição expressa desigualdades estruturais e restringe o acesso a bens e serviços essenciais, afetando diretamente a qualidade de vida e o desenvolvimento social. Nesse contexto, o tópico examina a proporção de pessoas em situação de pobreza com e sem recebimento de benefícios governamentais, permitindo avaliar a relevância dessas transferências na mitigação das privações.

A garantia de uma vida digna também está associada à qualidade das condições domiciliares, analisadas sob duas dimensões complementares. A primeira refere-se ao espaço disponível e à disponibilidade de recursos, observada por meio da relação entre número de moradores e domicílio. A segunda diz respeito aos materiais de construção utilizados nas habitações, cuja qualidade influencia diretamente o bem-estar dos residentes. A combinação

desses fatores oferece um panorama das condições habitacionais e de seu impacto sobre a qualidade de vida.

A educação constitui elemento central para o desenvolvimento social e econômico. O nível de escolaridade da população relaciona-se à qualificação da força de trabalho, à geração de renda e à redução das desigualdades. Além de ampliar oportunidades individuais, o acesso à educação fortalece o capital humano e contribui para o aumento da produtividade. Quando articulada à qualidade do ensino, à permanência escolar e à equidade de acesso, torna-se um vetor estruturante para a melhoria das condições de vida.

A saúde, por sua vez, é um componente fundamental do bem-estar coletivo e do progresso social. Populações com melhores condições de saúde tendem a apresentar maior expectativa de vida ao nascer, indicador sintético que reflete avanços na oferta e na cobertura de serviços médicos. Esse resultado associa-se, entre outros fatores, à redução da mortalidade infantil e materna e à ampliação da disponibilidade de profissionais e leitos por habitante, elementos que contribuem para maior longevidade com qualidade.

As análises concentram-se em indicadores referentes ao Piauí, comparados com os da Região Nordeste e do Brasil, a fim de identificar padrões, tendências e posicionamentos relativos. O recorte temporal varia conforme a natureza dos indicadores e a disponibilidade de dados nas bases públicas oficiais, como IBGE, Ministério da Saúde e INEP. Este capítulo dedica-se, portanto, à interpretação integrada de indicadores de condições de vida, educação e saúde, oferecendo subsídios para a compreensão das dinâmicas sociais do Estado.

3.1 Situação de pobreza com benefícios

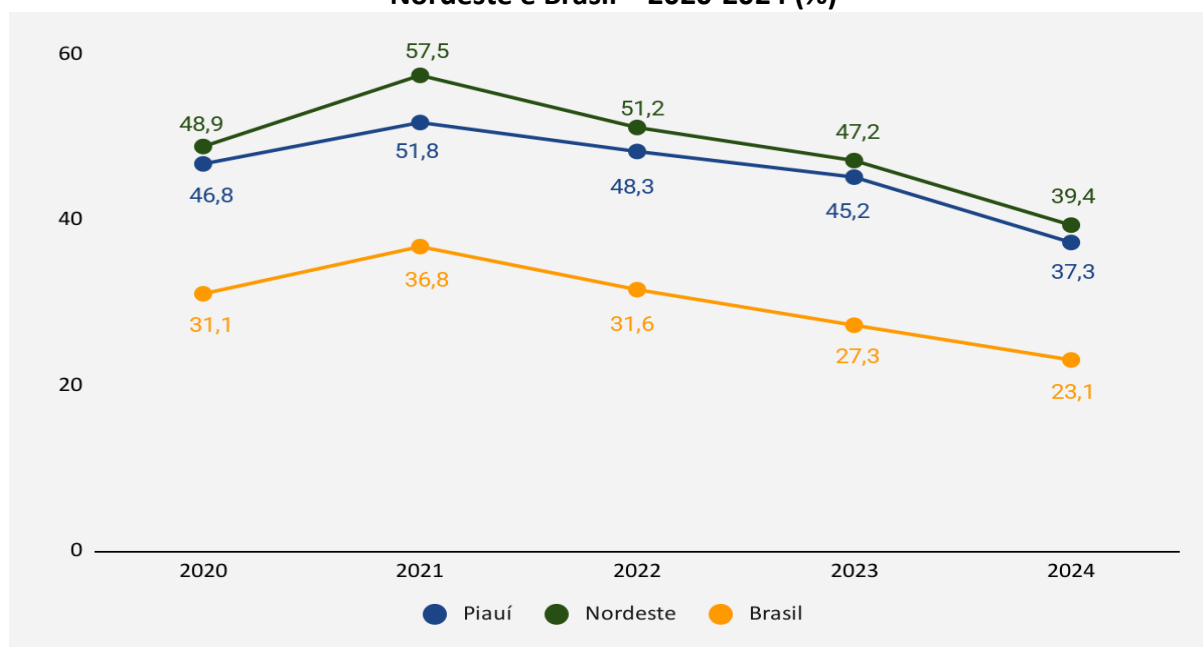
A pobreza constitui a forma mais intensa de vulnerabilidade social, caracterizada pela incapacidade de satisfazer necessidades humanas básicas, como alimentação, moradia, vestuário e acesso a serviços essenciais. Nessa condição, a renda disponível é insuficiente para assegurar padrões mínimos de sobrevivência, o que torna o cotidiano marcado por privações, insegurança e instabilidade.

A análise desse fenômeno permite compreender, de maneira abrangente, as dificuldades estruturais enfrentadas por parcelas significativas da população em situação de vulnerabilidade. Tal exame possibilita identificar fatores que ampliam desigualdades sociais e

mensurar os efeitos diretos da privação extrema sobre a vida das pessoas. Desse modo, evidencia não apenas restrições de ordem financeira, mas também limitações de acesso a direitos fundamentais, como educação e saúde. Para essa avaliação, foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE, referentes ao período de 2020 a 2024.

Os resultados apresentados no Gráfico 4 indicam que, em 2020, 46,8% da população do Piauí encontrava-se em situação de pobreza. A partir de 2021, observa-se trajetória de redução do indicador, que alcançou seu menor patamar em 2024. A variação ao longo do período corresponde a uma queda de 9,5 pontos percentuais, sinalizando melhora consistente nos níveis de pobreza. Destaca-se, ainda, que o valor registrado em 2024 representa o menor percentual observado no Estado ao longo da série analisada.

Gráfico 4 – Proporção da população em situação de pobreza com benefícios no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024 (%)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2024, acumulado de primeiras visitas. **Elaboração:** CIET/SEPLAN (2025).

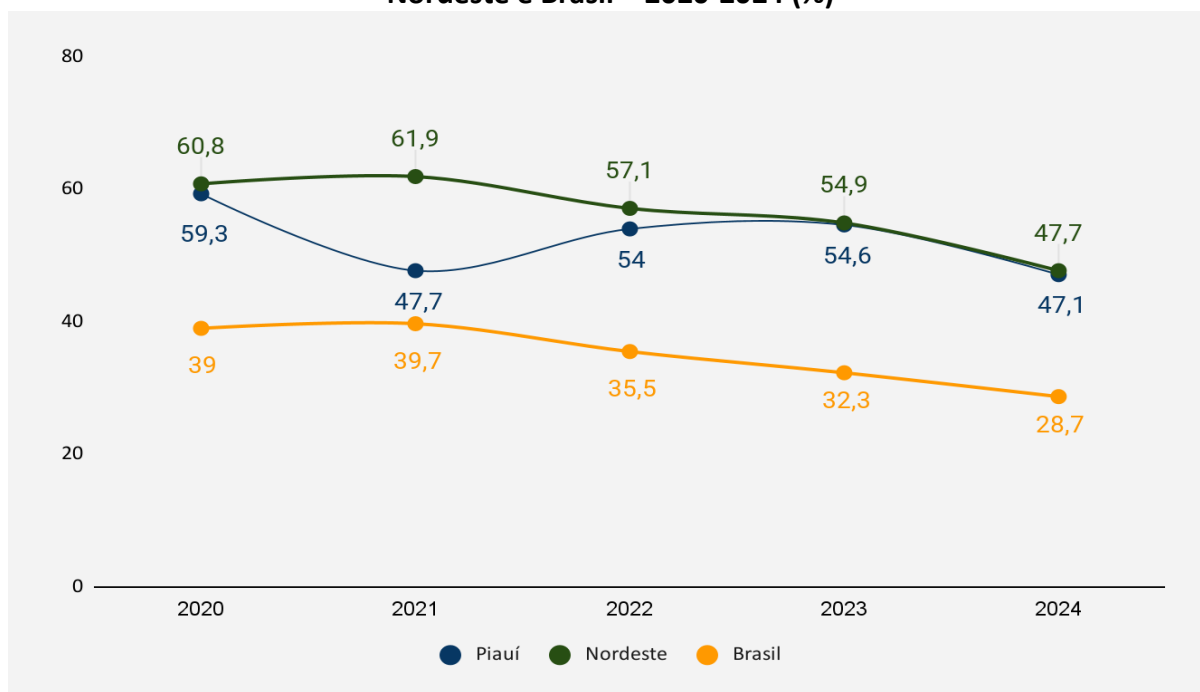
3.2 Situação de pobreza sem benefícios

A população em situação de pobreza sem acesso a benefícios governamentais enfrenta maiores restrições econômicas e sociais, uma vez que depende exclusivamente do rendimento proveniente do trabalho ou de outras fontes privadas de renda. Em contextos

marcados por elevada informalidade e baixos salários, essa condição limita a capacidade das famílias de suprirem necessidades básicas, como alimentação adequada, moradia digna e acesso a serviços essenciais.

A ausência de programas de transferência de renda intensifica a vulnerabilidade social, especialmente entre grupos mais expostos à pobreza, como famílias chefiadas por mulheres, pessoas idosas, e trabalhadores informais. Sem mecanismos de proteção social, essas populações ficam mais suscetíveis a oscilações econômicas, o que pode resultar no agravamento das desigualdades e na permanência em ciclos intergeracionais de pobreza. Nesse cenário, a inexistência de benefícios governamentais compromete os avanços na redução da pobreza e na melhoria das condições de vida.

Gráfico 5 – Proporção da população em situação de pobreza sem benefícios Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024 (%)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2024, acumulado de primeiras visitas. **Elaboração:** CIET/SEPLAN (2025).

O Gráfico 5 apresenta a proporção da população sem acesso a benefícios governamentais em situação de pobreza no Piauí, no período de 2020 a 2024, evidenciando oscilações ao longo dos anos analisados. Em 2020, o Estado registrava um percentual elevado (59,3%), seguido por uma redução significativa em 2021 (47,1%). No entanto, em 2022 e 2023, observa-se uma retomada do indicador, alcançando 54,0% e 54,6%, respectivamente. No

último período analisado, o Piauí apresentou o menor percentual da série, atingindo 47,1%, desempenho superior ao da Região Nordeste (47,7%) e inferior ao observado no Brasil (28,7%).

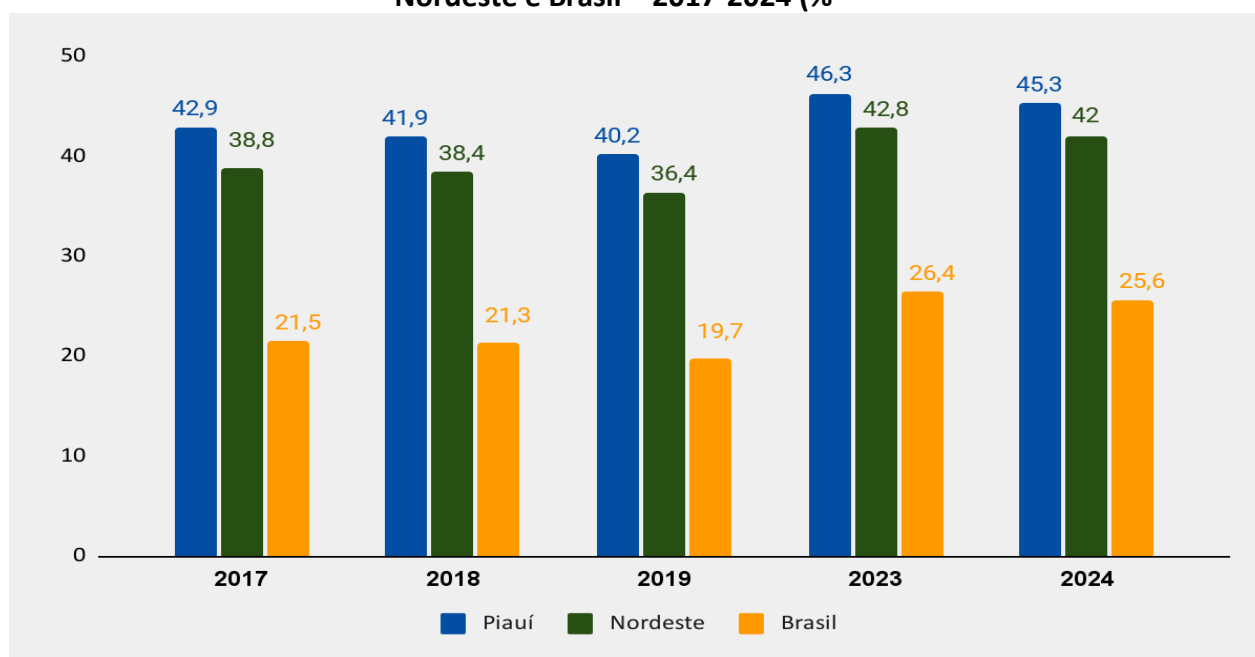
3.3 Assistência social e segurança alimentar

3.3.1 Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) é o principal programa de transferência de renda do Brasil. Nesse sentido, analisar sua cobertura e atendimento é importante para compreender a situação de vulnerabilidade social e econômica da população.

A proporção da população coberta pelo PBF foi calculada dividindo-se o número total de beneficiários do programa pela população total. Em seguida, esse resultado foi multiplicado por 100 para obter a porcentagem. As informações das pessoas beneficiárias do PBF foram coletadas no sistema da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD) e o quantitativo da população foi extraído da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua).

Gráfico 6 – Proporção da população coberta pelo Programa Bolsa Família no Piauí, Nordeste e Brasil – 2017-2024 (%)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua (2017-2024); SAGICAD (2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Entre 2017 a 2019, observou-se uma redução de 2,7 p.p na proporção da população atendida pelo PBF no Piauí (Gráfico 6). No entanto, a série indica uma mudança de tendência nos anos seguintes, com aumento da cobertura de 40,2% em 2019 para 46,3% em 2023. No último período analisado, em 2024, houve uma leve retração, com a proporção da população beneficiada reduzindo-se para 45,3%.

No que se refere à Região Nordeste, os percentuais são menores que os piauienses levando em consideração todos os anos da série analisada. Seguindo a mesma tendência do Estado, observa-se uma diminuição do percentual entre os anos 2017 a 2019, com uma diferença de 2,4 p.p., com um aumento no último ano, sendo assim, em 2024 o percentual da proporção de famílias atendidas pelo PBF no Nordeste chegou a 42%.

Comparativamente, o Brasil dentre os três níveis territoriais analisados é o que apresenta os menores percentuais, com diminuição entre os anos de 2017 e 2019 e uma redução no ano de 2024. Ainda que apresente os menores percentuais em relação à proporção de pessoas atendidas pelo PBF, observa-se que, de modo geral, o Brasil teve o maior aumento na série analisada, saindo de 21,5% para 25,6%.

3.3.2 Valor médio do benefício do Programa Bolsa Família

O valor médio do benefício do PBF possui duas métricas, a primeira, válida para o período entre 2004 e outubro de 2021 (antigo programa)¹, que resultava da média obtida pela divisão entre valores transferidos e famílias beneficiárias. A segunda, a partir de março de 2023 (novo programa)², o cálculo exclui as famílias suspensas e é dado pela divisão dos valores transferidos pelo número de famílias beneficiárias que não estavam com o benefício suspenso.

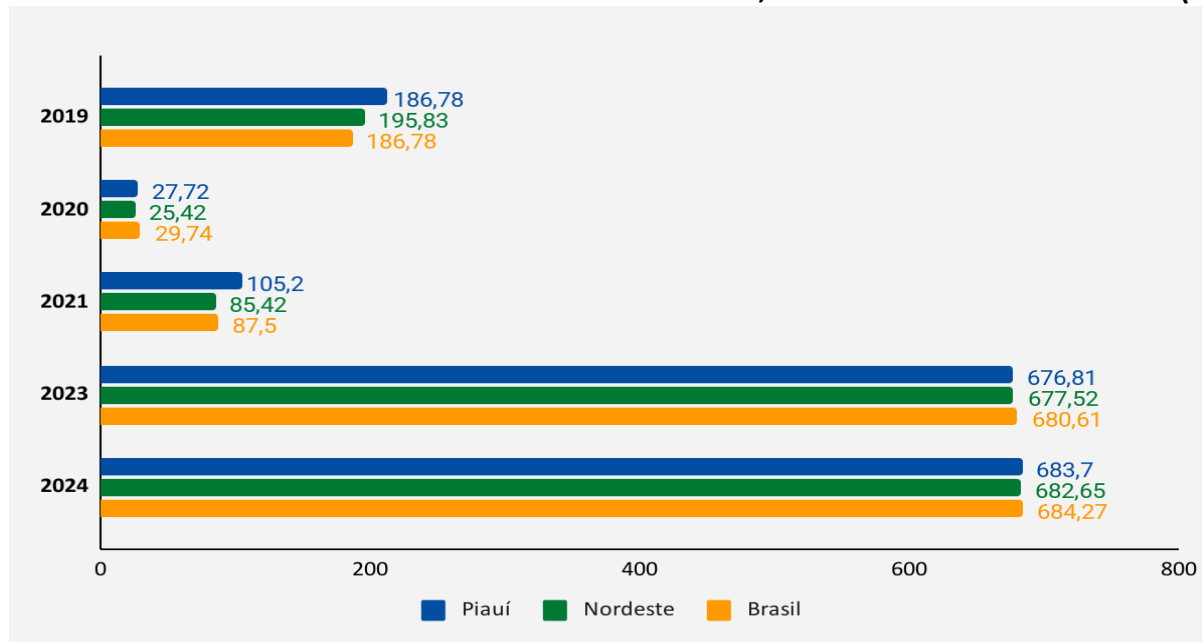
No antigo programa, entre 2019 e 2021 os valores médios oscilaram entre R\$186,78 e R\$105,2 para o Piauí. Destaca-se o ano de 2020, que o então governo implementou o Auxílio Emergencial devido à Pandemia da COVID-19. No novo programa, no ano de 2024, os valores

¹O PBF (antigo programa) foi revogado pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021.

²O PBF (novo programa) foi instituído inicialmente pela Medida Provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023. E, posteriormente, transformada em lei, por meio da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023.

médios para o Brasil, a Região Nordeste e o Piauí apresentaram um aumento, registrando respectivamente os seguintes valores: R\$683,7, R\$682,6 e R\$684,2 (Gráfico 9).

Gráfico 7 – Valores médios dos benefícios do PBF no Piauí, Nordeste e Brasil – 2019-2024 (R\$)



Fonte: Secretaria de Avaliação Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

3.3.3 Proporção de famílias inscritas no CadÚnico

A proporção da população coberta pelo Cadastro Único foi calculada dividindo-se o número total das pessoas inscritas no CadÚnico pela população total. Em seguida, esse resultado foi multiplicado por 100 para obter a porcentagem. As informações das pessoas inscritas no CadÚnico foram coletadas no sistema da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD) e o quantitativo da população foi extraído da PNAD Contínua. O período analisado é o mesmo utilizado para avaliar a cobertura do PBF, permitindo observar a proporção da população que não recebe o benefício, mas está inscrita no Cadastro Único.

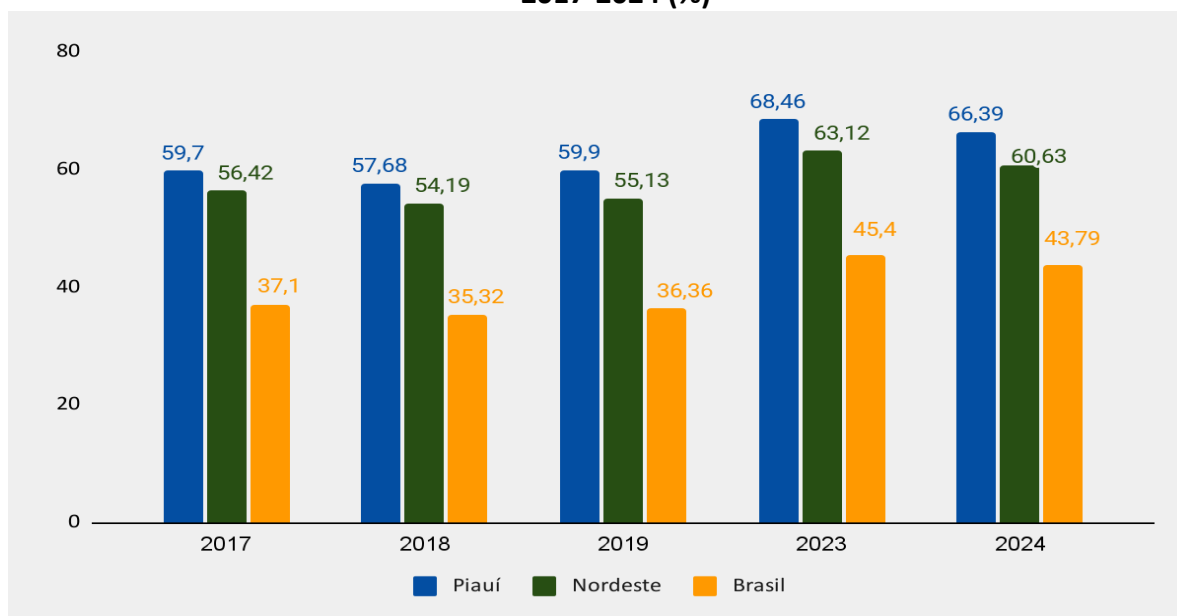
Para a análise, o primeiro passo foi identificar a cobertura do CadÚnico em relação à população total. Pelo Gráfico 8, observa-se que a proporção da população atendida apresentou variações entre 2017 e 2019 no Piauí, no Nordeste e no Brasil. No Piauí, o indicador manteve-se relativamente elevado, passando de 59,7% em 2017 para 57,68% em 2018, com leve recuperação em 2019 (59,9%). Em 2023, verifica-se um aumento expressivo,

atingindo 68,46%, seguido de pequena redução em 2024, quando o percentual alcançou 66,39%.

No Nordeste, a trajetória é semelhante, com redução entre 2017 (56,42%) e 2018 (54,19%), leve elevação em 2019 (55,13%) e crescimento significativo em 2023, alcançando 63,12%. Em 2024, observa-se recuo moderado para 60,63%, mantendo-se, contudo, em patamar superior aos anos iniciais da série.

No Brasil, os percentuais são inferiores aos observados no Piauí e no Nordeste ao longo de todo o período. Em 2017, o indicador era de 37,1%, com queda em 2018 (35,32%) e recuperação em 2019 (36,36%). Em 2023, registra-se crescimento expressivo, atingindo 45,4%, seguido de leve redução em 2024, quando o percentual foi de 43,79%. De modo geral, os dados evidenciam maior cobertura no Piauí, seguida pela Região Nordeste, enquanto o Brasil apresenta os menores percentuais em todos os anos analisados (Gráfico 10).

Gráfico 8 – Proporção de famílias Inscritas no CadÚnico no Piauí, Nordeste e Brasil – 2017-2024 (%)



Fonte: Secretaria de Avaliação Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Na comparação dos Gráficos 8 e 10, observa-se que, nos três níveis territoriais analisados (Piauí, Nordeste e Brasil), nem toda a população inscrita no CadÚnico é beneficiária do PBF. É importante destacar que o público-alvo do CadÚnico são famílias de baixa renda, definidas como aquelas com até meio salário mínimo de renda familiar *per capita*. Essas

famílias podem se cadastrar, assim como aquelas com renda superior, desde que o cadastramento esteja vinculado à inclusão ou acompanhamento de programas sociais nas três esferas de governo. Por outro lado, o público-alvo do PBF são as famílias cuja renda mensal por pessoa é de até R\$218 (duzentos e dezoito reais). Isso significa que a renda total gerada por todos os membros da família, dividida pelo número de pessoas, deve ser, no máximo, R\$218. Se a renda mensal por pessoa atender a esse critério, a família é elegível para o programa.

3.3.4 Segurança alimentar

De acordo com a PNAD Contínua, do (IBGE, 2024) a análise da segurança alimentar é categorizada em dois grupos principais no que diz respeito à situação alimentar das famílias: segurança alimentar e insegurança alimentar. Dentro da categoria de insegurança alimentar, existem três subcategorias: leve, moderada e grave. A segurança alimentar é alcançada quando uma família dispõe de acesso contínuo a alimentos em quantidade suficiente para satisfazer as necessidades nutricionais de todos os seus membros, sem prejudicar o atendimento de outras necessidades básicas (IBGE, 2024).

A insegurança alimentar leve é caracterizada pela incerteza sobre a continuidade do acesso aos alimentos no futuro, e pode envolver a escolha de alimentos de qualidade inferior para evitar a redução da quantidade disponível. Já a insegurança alimentar moderada ocorre quando há uma redução na quantidade de alimentos consumidos, principalmente pelos adultos, afetando os padrões habituais de alimentação. No nível mais grave, a insegurança alimentar impacta diretamente as crianças da família, podendo chegar à fome, definida como a ausência total de alimentação durante um dia inteiro devido à falta de recursos financeiros para comprar comida (IBGE, 2024).

A análise comparativa da situação de segurança e insegurança alimentar no Piauí em 2023 e 2024 evidencia avanços importantes no período (Quadro 3). Em 2023, 58,1% da população piauiense encontrava-se em situação de Segurança Alimentar (SA), percentual que se elevou para 60,7%, em 2024, indicando uma melhora no acesso regular e suficiente aos alimentos. No que se refere aos níveis de insegurança alimentar, observa-se redução em praticamente todas as categorias. A insegurança alimentar leve apresentou pequena queda,

passando de 27,7% em 2023 para 27,3% em 2024, o que sugere uma discreta melhora nas condições das famílias piauienses que enfrentavam restrições menos severas. Já a insegurança alimentar moderada diminuiu de 8,8% para 8,1%, reforçando a tendência de redução do Estado das situações de maior vulnerabilidade.

Quadro 3 – Situação de segurança e insegurança alimentar no Piauí, Nordeste e Brasil – 2023-2024

Ano	Situação de Segurança e Insegurança	Nível Geográfico		
		Piauí	Nordeste	Brasil
2023	SA	58,1	61,1	72,4
	Leve	27,7	23,9	18,2
	Moderada	8,8	8,7	5,3
	Grave	5,4	6,3	4,1
	IA	41,9	38,9	27,6
2024	SA	60,7	65,2	75,8
	Leve	27,3	22,5	16,4
	Moderada	8,1	7,5	4,5
	Grave	4	4,8	3,2
	IA	39,3	34,8	24,2

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 4º trimestre. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025)

Nota: Considera-se domicílio em situação de insegurança alimentar aquele em que seus moradores, nos últimos três meses, passaram por, ao menos, uma das seguintes situações: tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poder comprar ou receber mais comida; faltaram alimentos antes que tivessem dinheiro para adquirir mais comida; ficaram sem dinheiro para manterem uma alimentação saudável e variada; e consumiram apenas alguns poucos tipos de alimentos ainda disponíveis porque o dinheiro tinha acabado. A insegurança alimentar pode ser classificada como leve, moderada ou grave, de acordo com a restrição na qualidade e na quantidade de alimentos consumidos pelos moradores

A insegurança alimentar grave também apresentou queda expressiva no período, passando de 5,4% em 2023 para 4% em 2024. Esse resultado é especialmente relevante, pois indica diminuição do contingente populacional exposto às formas mais severas de privação alimentar, associadas à fome recorrente.

Como reflexo desse conjunto de melhorias, a insegurança alimentar total (IA) no Piauí recuou de 41,9% em 2023 para 39,3% em 2024. Apesar do avanço observado, os dados indicam que uma parcela significativa da população ainda enfrenta algum grau de insegurança alimentar, evidenciando a necessidade de continuidade e fortalecimento das políticas públicas voltadas à redução das desigualdades e à garantia do direito humano à alimentação adequada no Estado.

3.4 Educação

A educação é um direito fundamental e um fator essencial para o desenvolvimento social e econômico do país, ela tem influência direta nas condições de vida das pessoas e da sociedade como um todo, proporcionando melhores oportunidades de trabalho, um maior rendimento e um pensamento crítico, além de impactar na saúde, segurança e qualidade de vida. A falta de acesso à educação ou uma educação precária pode limitar as oportunidades e restringir a capacidade de desenvolvimento.

Em termos de indicadores, aqui serão tratados: escolaridade média, taxa de analfabetismo, taxa de frequência escolar bruta, taxa de frequência líquida, percentual da população com pelo menos ensino fundamental, distorção idade-série e número de matrículas.

As informações utilizadas foram obtidas por meio do Censo da Educação, conduzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), e da PNADC, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Censo da Educação é um levantamento periódico que visa fornecer dados abrangentes sobre a situação educacional no país. Por sua vez, a PNAD Contínua tem como foco principal a coleta de informações relacionadas ao mercado de trabalho e características demográficas, mas também inclui perguntas suplementares sobre educação. É importante ressaltar que ambas as pesquisas são realizadas regularmente, sendo o Censo da Educação conduzido pelo INEP e a PNAD Contínua, que aborda o tema da educação, realizado pelo IBGE no segundo trimestre de cada ano.

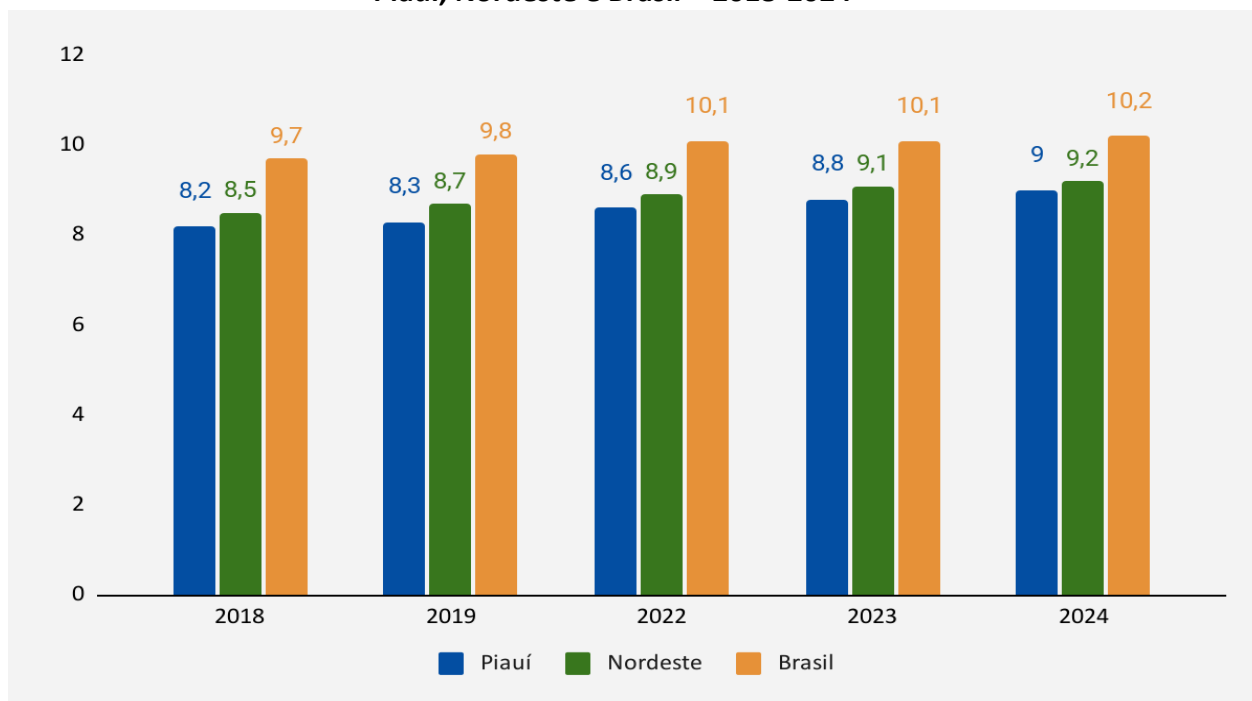
3.4.1 Escolaridade média

O número médio de anos de estudo é responsável por expressar a escolaridade média da população com mais de 10 anos de idade, podendo ser calculado por grupo de idade, segundo o INEP (2004).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), entre 2018 e 2024, o Piauí apresentou um aumento no número médio de anos de estudo das pessoas com 15 anos ou mais, passando de 8,2 para 9 anos (Gráfico 9). Essa tendência de crescimento também foi observada na região Nordeste, onde a média subiu de

8,5 para 9,2 anos, e no Brasil, que teve um aumento de 9,7 para 10,2 anos. Contudo, apesar do avanço do Piauí, ainda está abaixo das médias nacional e nordestina.

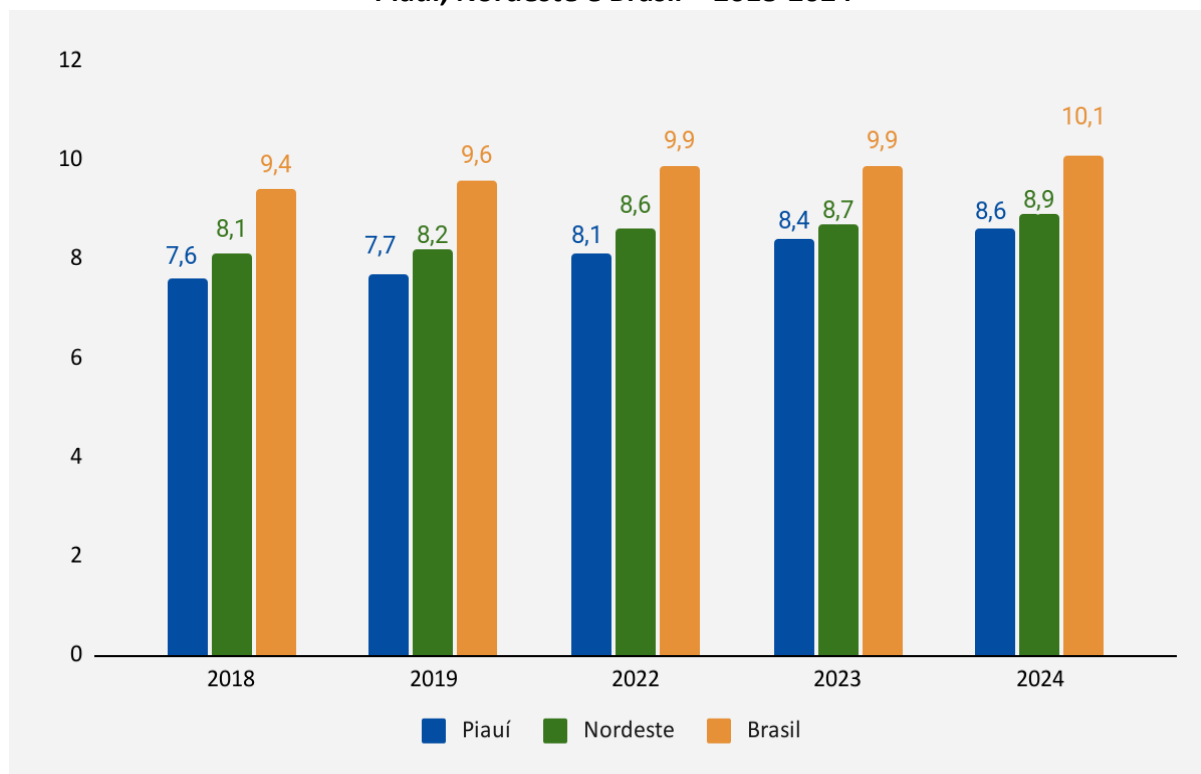
Gráfico 9 – Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Piauí, Nordeste e Brasil – 2018-2024



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre (2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Em relação ao número médio de anos de estudo das pessoas com 25 anos ou mais, o Piauí apresentou uma tendência de crescimento entre 2018 e 2024 (Gráfico 9). O valor subiu de 7,6 anos em 2016 para 8,6 anos em 2024. A mesma tendência foi observada na Região Nordeste e no Brasil, que, em 2024, apresentaram médias de 8,9 e 10,1 anos, respectivamente.

Gráfico 10 – Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade no Piauí, Nordeste e Brasil – 2018-2024



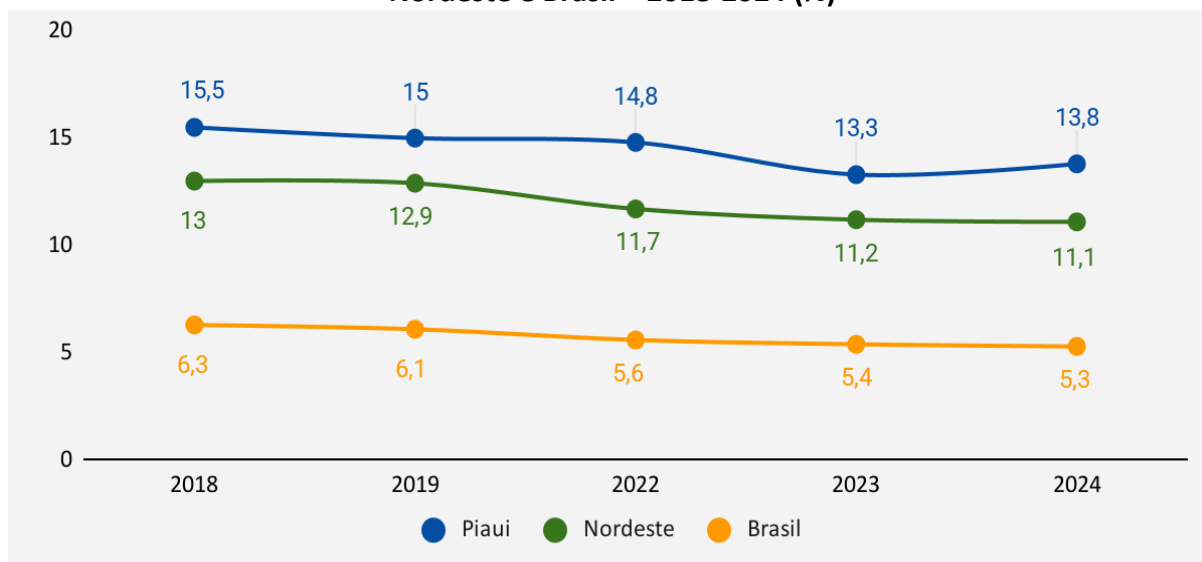
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre (2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

3.4.2 Taxa de analfabetismo

A taxa de analfabetismo é o percentual de pessoas que não sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecem, considerando a população total residente na mesma faixa etária em um determinado espaço geográfico e ano (INEP, 2004).

No Piauí, a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais apresentou uma redução progressiva entre 2018 e 2024, caindo de 15,5% no início do período para 13,8% em 2024 (Gráfico 11). Essa mesma tendência de queda pode ser verificada para o Nordeste e o Brasil.

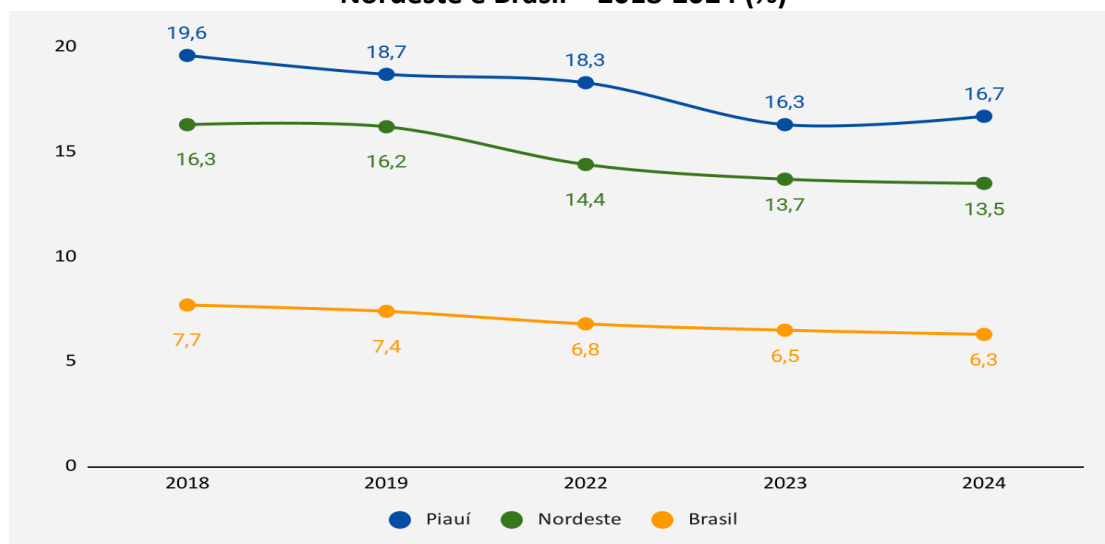
Gráfico 11 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Piauí, Nordeste e Brasil – 2018-2024 (%)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre (2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Em relação à taxa de analfabetismo das pessoas com 25 anos de idade ou mais, no Piauí, observou-se uma queda gradativa ao longo da série, partindo de 19,6%, em 2018, para 16,7%, em 2024 (Gráfico 12). Além disso, o Nordeste e o Brasil também apresentaram uma queda gradual, no mesmo período, de 16,3% para 13,5% e de 7,7% para 6,3%, respectivamente.

Gráfico 12 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 25 anos ou mais de idade no Piauí, Nordeste e Brasil – 2018-2024 (%)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre (2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

3.4.3 Taxa de frequência escolar bruta e líquida

A análise da taxa de frequência escolar bruta no Piauí, entre 2016 e 2024, evidencia avanços no acesso à educação em praticamente todas as faixas etárias, conforme a Tabela 5. A frequência na Educação Infantil de 0 a 3 anos aumentou de 22% para 35,7%, enquanto a faixa de 4 a 5 anos manteve-se praticamente universalizada, passando de 98,3% para 99%. No Ensino Fundamental, as taxas permaneceram elevadas, com crescimento de 98,9% para 99,7% no grupo de 6 a 14 anos, indicando ampla cobertura escolar. Entre os adolescentes de 15 a 17 anos, houve avanço relevante, de 88,1% para 92,7%, sinalizando maior permanência no Ensino Médio. Por sua vez, a faixa etária de 18 a 24 anos apresentou aumento mais moderado, de 35% para 37,2%, refletindo progressos graduais no acesso à educação após a idade escolar obrigatória.

Tabela 5 – Taxa de frequência escolar bruta Piauí, Nordeste e Brasil – 2016-2024 (%)

Ano	Grupos de Idades	Nível Geográfico		
		Piauí	Nordeste	Brasil
2016	0 a 3 anos	22	27	30,3
	4 a 5 anos	98,3	94,1	90
	6 a 10 anos	99,2	99,4	99,5
	11 a 14 anos	98,4	98,5	98,9
	6 a 14 anos	98,9	99	99,2
	15 a 17 anos	88,1	85,7	87
	18 a 24 anos	35	29,9	31,5
2019	0 a 3 anos	29,3	31,1	35,5
	4 a 5 anos	98	95,6	92,8
	6 a 10 anos	99,6	99,6	99,5
	11 a 14 anos	99,4	98,8	99
	6 a 14 anos	99,5	99,2	99,3
	15 a 17 anos	90,3	87,8	89
	18 a 24 anos	36,6	30,8	31,3
2023	0 a 3 anos	37	35	38,6
	4 a 5 anos	98,8	94,5	93
	6 a 10 anos	99,4	99,5	99,5
	11 a 14 anos	99,4	99,2	99,4
	6 a 14 anos	99,4	99,4	99,4
	15 a 17 anos	90,6	91,5	91,9
	18 a 24 anos	39	29	30,7
2024	0 a 3 anos	35,7	36	39,7
	4 a 5 anos	99	95,1	93,5
	6 a 10 anos	99,7	99,7	99,5
	11 a 14 anos	99,8	99,3	99,4
	6 a 14 anos	99,7	99,5	99,5
	15 a 17 anos	92,7	93,2	93,5
	18 a 24 anos	37,2	30,1	31,5

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2º trimestre, 2024. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A análise da taxa de frequência escolar líquida no Piauí, de 2016 a 2024, revela comportamentos distintos conforme a faixa etária na Tabela 6. No grupo de 6 a 14 anos,

observa-se leve redução, de 97,5% em 2016 para 95,5% em 2024, reflexo da queda na faixa de 6 a 10 anos, que passou de 96,7% para 92% no período.

Em contrapartida, a faixa de 11 a 14 anos apresentou avanço expressivo, com aumento de 81,1% para 91,7%, indicando melhora na adequação idade-série. Entre os adolescentes de 15 a 17 anos, houve crescimento significativo da frequência líquida, passando de 58,6% para 74,9%, evidenciando maior permanência no Ensino Médio. No grupo de 18 a 24 anos, a taxa aumentou de 20,4% para 26,1%, demonstrando ampliação gradual do acesso à educação na idade adequada, embora em patamar ainda reduzido.

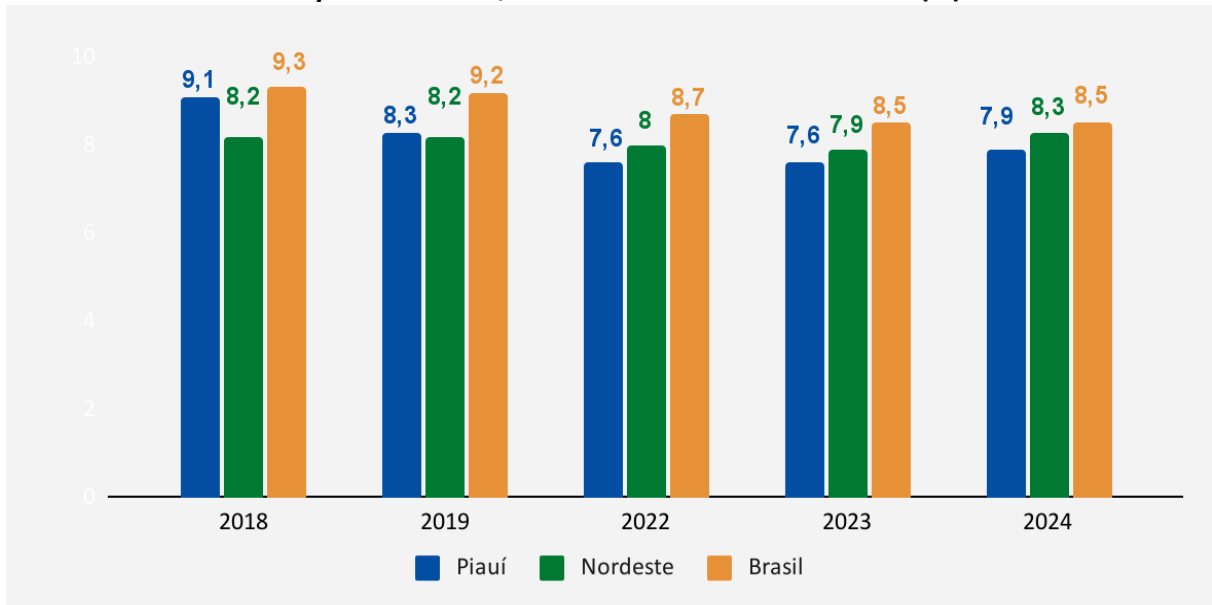
Tabela 6 – Taxa de frequência escolar líquida no Piauí, Nordeste e Brasil – 2016-2024 (%)

Ano	Grupos de idades	Nível Geográfico		
		Piauí	Nordeste	Brasil
2016	6 a 14 anos	97,5	96,7	96,7
	6 a 10 anos	96,7	95,1	94,9
	11 a 14 anos	81,1	80,4	84,7
	15 a 17 anos	58,6	59	68,3
	18 a 24 anos	20,4	16,9	23,1
2019	6 a 14 anos	96,9	97,1	97,1
	6 a 10 anos	94,6	95,6	95,7
	11 a 14 anos	81	84,2	87,4
	15 a 17 anos	63,6	63,3	71,4
	18 a 24 anos	24,6	18,8	24,7
2023	6 a 14 anos	95,8	94,5	94,6
	6 a 10 anos	92,8	90,6	90,8
	11 a 14 anos	87	87,3	89,2
	15 a 17 anos	72,4	71,4	75,1
	18 a 24 anos	23,6	20,5	26,1
2024	6 a 14 anos	95,5	94,4	94,6
	6 a 10 anos	92	90,4	90,7
	11 a 14 anos	91,7	87,8	89,1
	15 a 17 anos	74,9	74	76,8
	18 a 24 anos	26,1	22,1	27,3

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2º trimestre, 2024. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

O percentual da população com 14 anos ou mais que possui pelo menos o Ensino Fundamental Completo é um dos importantes indicadores para avaliação do nível de instrução da população. No Piauí, o percentual apresentou uma queda de 9,1% em 2018 para 7,9% em 2024. A Região Nordeste seguiu a mesma tendência, saindo de 8,2%, em 2018, para 8,3% em 2024. Diante do exposto, também foi percebido o mesmo comportamento no Brasil, o percentual passou de 9,3% para 8,5% (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Percentual da população (14 anos ou mais) com o Ensino Fundamental completo no Piauí, Nordeste e Brasil – 2018-2024 (%)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre (2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

3.4.4 Distorção idade-série

A taxa de distorção idade-série traduz o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada. Para o Ensino Fundamental, no Brasil, considera-se como idade adequada o ingresso aos 7 anos de idade, com duração em geral de 8 anos (INEP, 2004).

De acordo com dados do Censo da Educação Básica (INEP), a Taxa de Distorção Idade - Série do Ensino Fundamental II, nos anos de 2020 a 2024, no Piauí, apresentou uma queda de 12,9 pontos percentuais, passando de 32,4% para 19,5% (Tabela 7). Na Região Nordeste, também foi observada uma diminuição da taxa, saindo de 35,9%, em 2020, para 26,5%, em 2024, assim como no Brasil, com redução entre os anos de 2020 a 2024, saindo de 21,9% para 14,5%.

Tabela 7 – Taxa de distorção idade-série (Ensino Fundamental II) – Rede pública estadual no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024 (%)

Nível Geográfico	2020	2021	2022	2023	2024
Piauí	32,4	30,3	26,6	22,5	19,5
Nordeste	35,9	32,9	29,0	27,9	26,5
Brasil	21,9	19,4	17	15,6	14,5

Fonte: Censo da Educação Básica (2020-2024) /INEP. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Ainda tratando da distorção idade-série, no que diz respeito ao Ensino Médio (Tabela 8), o percentual de alunos com idade superior à idade recomendada, no Piauí, registrou diminuição, passando de 38%, em 2020, para 25,7%, em 2024. Em relação à Região Nordeste, também se observou uma queda no percentual, saindo de 35,6% para 23,9 %, bem como, no Brasil, que saiu de 29,3% para 19,8%.

Tabela 8 – Taxa de distorção idade-série (Ensino Médio) – Rede pública estadual no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024 (%)

Nível Geográfico	2020	2021	2022	2023	2024
Piauí	38	37	34	28,9	25,7
Nordeste	35,6	35,6	30,5	26,8	23,9
Brasil	29,3	28	24,4	21,6	19,8

Fonte: Censo da Educação Básica (2020-2024) /INEP. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

3.4.5 Número de matrículas

O número de matrículas, segundo a rede de ensino, representa um indicador da oferta e, nesse sentido, contempla a Educação Básica em suas distintas modalidades. Entre os anos de 2020 a 2021, ocorreu uma queda no número total de matrículas no Piauí (Tabela 9). Já para os anos entre 2022 a 2024, os registros apontam uma ampliação no quantitativo.

Tabela 9 – Distribuição de matrículas segundo a rede de ensino no Piauí, Nordeste e Brasil –2020-2024

Ano	Rede de ensino	Nível Geográfico		
		Piauí	Nordeste	Brasil
2020	Total	855.397	13.670.082	47.295.294
	Pública	753.970	11.311.052	38.504.108
	Privada	101.427	2.359.030	8.791.186
2021	Total	870.888	13.745.359	46.668.401
	Pública	776.378	11.629.219	38.532.056
	Privada	94.510	2.116.140	8.136.345
2022	Total	883.834	13.767.582	47.382.074
	Pública	778.021	11.416.885	38.382.028
	Privada	105.813	2.350.697	9.000.046
2023	Total	860.073	13.685.355	47.304.632
	Pública	748.527	11.229.053	37.881.305
	Privada	111.546	2.456.302	9.423.327
2024	Total	829.549	13.474.803	47.088.922
	Pública	718.735	10.987.308	37.571.090
	Privada	110.814	2.487.495	9.517.832

Fonte: Censo da Educação Básica (2020-2024) /INEP. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

3.5 Saúde

A saúde desempenha um papel fundamental no bem-estar e no desenvolvimento de uma sociedade. Os indicadores analisados neste capítulo abrangem a expectativa de vida ao nascer, a mortalidade infantil (óbitos de crianças menores de 1 ano de idade), a mortalidade na infância (óbitos de crianças menores de 5 anos), a mortalidade materna, a mortalidade neonatal, a proporção de leitos de internação por 10 mil habitantes e o número de estabelecimentos de saúde.

3.5.1 Expectativa de vida ao nascer

A expectativa de vida, ou esperança de vida ao nascer, corresponde ao número médio de anos que um recém-nascido pode esperar viver, caso se mantenham os padrões de mortalidade observados na população residente em determinado espaço geográfico e no ano analisado (IBGE, 2024). Esse indicador está diretamente associado às condições de vida locais, uma vez que fatores como educação, saúde, assistência social, saneamento básico, segurança no trabalho, níveis de violência e contextos de conflito exercem influência direta sobre a sobrevivência da população.

Com base nas projeções do IBGE para o período de 2020 a 2024, observa-se que a expectativa de vida da população piauiense apresentou crescimento contínuo ao longo da série, passando de 71,76 em 2020 para 72,43 em 2024 (Tabela 10).

No último período analisado, ao comparar a esperança de vida ao nascer entre o Piauí, Nordeste e Brasil, verifica-se que o Nordeste apresentou valor estimado de 76,03 anos, superior ao registrado pelo Piauí (72,43). O Brasil apresentou expectativa de vida de 76,60 anos, valor maior que o observado tanto para o Nordeste quanto para o Piauí. Esses resultados evidenciam que, apesar da evolução positiva do indicador no Estado, ainda persistem diferenças importantes em relação às médias regional e nacional.

Tabela 10 – Esperança de vida ao nascer no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024

Nível Geográfico	Período				
	2020	2021	2022	2023	2024
Piauí	71,76	71,93	72,1	72,27	72,43
Nordeste	74,13	74,37	74,6	74,82	76,03
Brasil	76,74	76,97	77,19	77,4	76,60

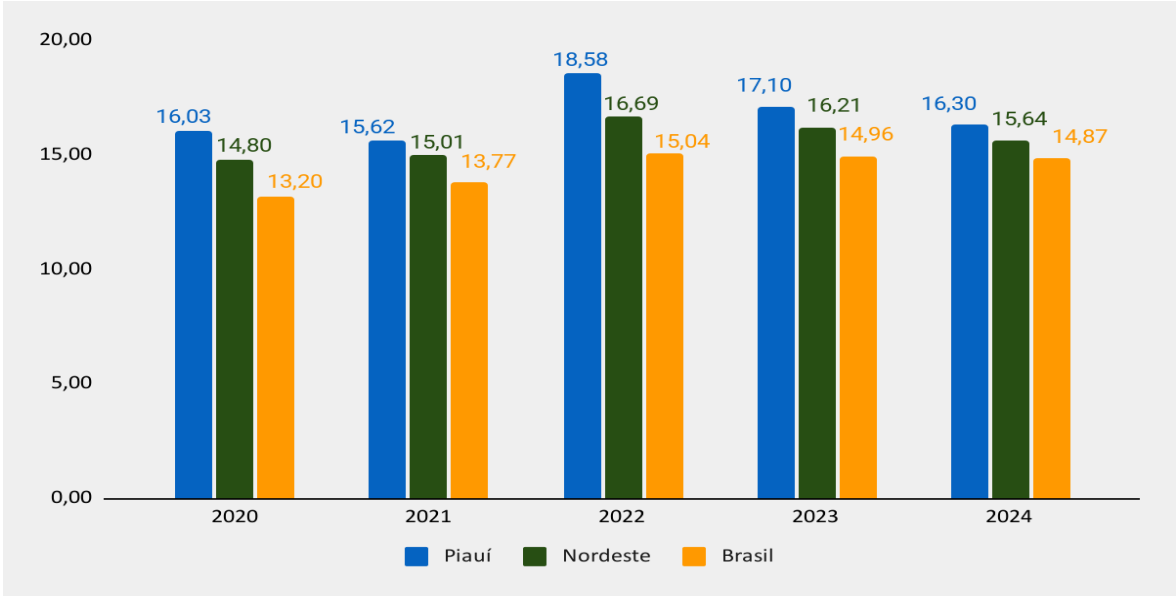
Fonte: IBGE - Projeção da População. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).
Nota: Os dados para o ano de 2024 correspondem à projeção da população realizada pelo IBGE em 2024.

3.5.2 Mortalidade na infância

A mortalidade na infância pode estar diretamente relacionada às condições de vida das crianças e suas famílias. Isso ocorre porque as condições precárias de vida, como falta de acesso à água potável, saneamento básico, alimentação adequada e cuidados médicos podem aumentar o risco de doenças e infecções que podem levar à morte de crianças. Além disso, outros fatores como a pobreza, a falta de educação e a violência também podem afetar negativamente a saúde e o bem-estar das crianças.

Para o cálculo da Taxa de Mortalidade na Infância, utiliza-se a relação entre o número de óbitos de crianças nessa faixa etária e o número de nascidos vivos no mesmo período e espaço geográfico, multiplicado por mil. Os dados utilizados para esse cálculo são do Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Vigilância em Saúde, a partir do Sistema de Informações sobre Mortalidade (óbitos) e do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (nascidos vivos).

Gráfico 14 – Mortalidade na infância no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024 (%)



Fonte: SVS/Ministério da Saúde (2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).
Nota: Taxa de Mortalidade na Infância: (nº de óbitos em menores de 5 anos ÷ nº de nascidos vivos) × 1.000.

O Gráfico 14 apresenta os dados de mortalidade na infância e evidencia que o Piauí apresentou, de forma consistente, valores superiores aos observados no Nordeste e no Brasil ao longo de toda a série, indicando maior intensidade do indicador no Estado. Em 2020, o Piauí registrou 16,03%, frente a 14,80% no Nordeste e 13,20% no Brasil. Em 2022, ano de pico da série, o indicador alcançou 18,58% no Estado, superando novamente a média regional (16,69%) e nacional (15,04%).

A partir de 2023, verifica-se uma tendência de redução nos três recortes geográficos. No Piauí, o valor recuou para 17,10% em 2023 e 16,30% em 2024, embora tenha permanecido acima das médias do Nordeste (16,21% em 2023 e 15,64% em 2024) e do Brasil (14,96% em 2023 e 14,87% em 2024).

Dessa forma, ao analisar os três níveis geográficos, observa-se que o Piauí mantém, de maneira recorrente, os maiores percentuais de mortalidade na infância, mesmo diante de melhorias recentes. As oscilações mais intensas registradas no Estado reforçam a necessidade de ações estratégicas contínuas, incluindo o fortalecimento da atenção básica, a ampliação da cobertura vacinal, a qualificação do pré-natal e a melhoria das condições de vida da população piauiense.

3.5.3 Mortalidade Neonatal

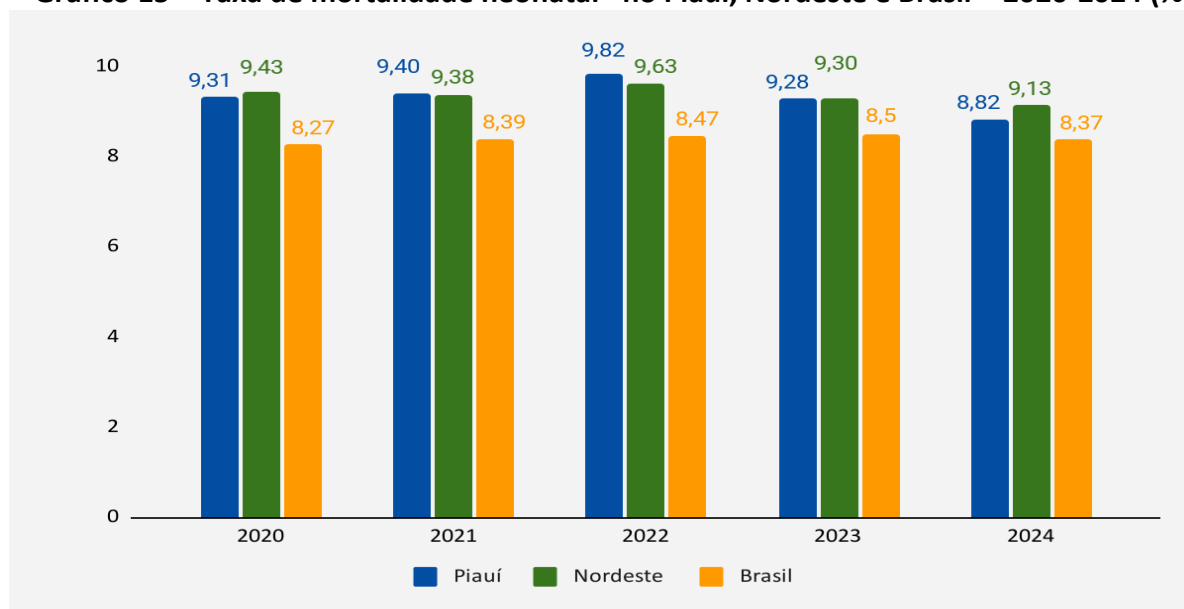
A mortalidade neonatal pode estar relacionada às condições de vida das mães e dos recém-nascidos. As condições precárias de vida, como acesso limitado a cuidados pré-natais adequados, falta de assistência médica qualificada durante o parto e condições insalubres de higiene podem aumentar o risco de complicações durante a gravidez e o parto, resultando em uma maior taxa de mortalidade neonatal.

Além disso, fatores socioeconômicos, como pobreza, falta de acesso a uma nutrição adequada e moradia inadequada, também podem desempenhar um papel na mortalidade neonatal. Melhorar as condições de vida das mães e dos recém-nascidos, incluindo acesso a cuidados de saúde de qualidade, educação sobre saúde materna e infantil e medidas de prevenção de doenças, pode ajudar a reduzir a taxa de mortalidade neonatal.

É considerada mortalidade neonatal a que ocorre em recém-nascidos até o 27º dia e subdivide-se em neonatal precoce e neonatal tardia. A Taxa de mortalidade neonatal precoce

é calculada com o número de óbitos de residentes de 0 a 6 dias de idade por mil nascidos vivos de mães residentes, enquanto a taxa de mortalidade neonatal tardia é feita com o número de óbitos de residentes de 7 a 27 dias de idade por mil nascidos vivos de mães residentes (BRASIL, Ministério da Saúde, 2022).

Gráfico 15 – Taxa de mortalidade neonatal* no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024 (%)



Fonte: SVS/Ministério da Saúde (2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

***Taxa de Mortalidade Neonatal (TMN):** $(n^{\circ} \text{ de óbitos em menores de 28 dias} \div n^{\circ} \text{ de nascidos vivos}) \times 1.000$.

No Piauí, a taxa de mortalidade neonatal apresentou variações no período de 2020 a 2024. Em 2020, a taxa registrou 9,31%, passando para 9,40% em 2021. Em 2022, observou-se o maior valor da série, atingindo 9,82%. Nos anos seguintes, houve redução, com a taxa caindo para 9,28% em 2023 e alcançando 8,82% em 2024, o melhor resultado do período analisado, evidenciando uma tendência recente de queda da taxa de mortalidade neonatal (Gráfico 15).

3.5.4 Mortalidade materna

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define mortalidade materna como a morte de uma mulher durante a gestação, no parto ou até 42 dias após o término da gravidez, por causas relacionadas ou agravadas à gravidez, excluindo causas acidentais ou incidentais. A meta global dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é reduzir a razão de mortalidade materna para menos de 70 óbitos por 100.000 nascidos vivos até 2030 (ONU, 2015).

A Taxa de Mortalidade Materna Global do Piauí entre 2020 e 2024 apresenta forte instabilidade, com oscilações acentuadas que evidenciam fragilidades estruturais na atenção obstétrica (Tabela 11). O Estado registra picos importantes, especialmente em 2021 (128,32%), valor que ultrapassou as médias do Nordeste e Brasil. Essa variabilidade aponta para dificuldades persistentes no acesso oportuno a serviços de média e alta complexidade, além de vulnerabilidades na vigilância e no manejo de complicações maternas.

Tabela 11 – Taxa de mortalidade materna global¹ no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024 (%)

Nível Geográfico	2020	2021	Período 2022	2023	2024
Piauí	88,44	128,32	87,58	54,62	88,19
Nordeste	85,90	109,39	60,65	55,92	58,82
Brasil	71,97	113,18	53,48	50,94	54,73

Fonte: SVS/Ministério da Saúde (2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).
Nota: Taxa de Mortalidade Materna (TMM): (nº de óbitos maternos ÷ nº de nascidos vivos) × 100.000.

Quando comparado ao Nordeste e ao Brasil, o Piauí se mantém, na maior parte dos anos, com taxas superiores, demonstrando desigualdades regionais marcantes e evidência de um cenário obstétrico mais vulnerável. Enquanto o Brasil apresenta trajetória relativamente mais estável, o Piauí mostra grande sensibilidade a mudanças conjunturais, como evidenciado pelo aumento abrupto durante a pandemia de COVID-19 (2020–2021). Apesar de a queda observada em 2023 indicar capacidade de recuperação, o aumento novamente em 2024 sinaliza que o Estado ainda enfrenta desafios para consolidar avanços sustentáveis na redução da mortalidade materna.

3.5.5 Estabelecimentos de saúde

A disponibilidade de estabelecimentos de saúde é um fator importante para melhorar o acesso da população aos serviços de saúde. Um número suficiente de estabelecimentos de saúde significa que as pessoas têm mais opções para escolher onde obter atendimento médico, o que pode contribuir para uma melhor qualidade de vida.

Tabela 12 – Números absolutos de estabelecimentos de saúde no Piauí,

Nordeste e Brasil – 2019-2023

Ano	Piauí	Nível Geográfico Nordeste	Brasil
2019	4.197	68.297	345.017
2020	3.642	67.442	332.192
2021	3.929	72.215	364.917
2022	4.162	76.309	388.398
2023	4.369	79.594	407.633

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A realidade apontada pelos números, retratada na Tabela 12, demonstra que o Piauí experimentou um crescimento contínuo, até 2019, enquanto o ano de 2020 demonstra queda de 13,22% em relação ao ano anterior. Porém, a partir de 2020, verifica-se um novo crescimento contínuo. No geral, os três níveis territoriais apresentam um crescimento se comparado com o início da série e o final dela.

4 TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Para garantir o desenvolvimento econômico no estado do Piauí, é essencial considerar indicadores econômicos e sociais que reflitam a realidade do mercado de trabalho. Isso passa por fomentar a criação de empregos, trabalho digno e renda para a população economicamente ativa, além de buscar uma distribuição mais igualitária de renda e valorização do trabalho. Esses indicadores são fundamentais para um planejamento eficiente e eficaz, visando ao crescimento sustentável e inclusivo do Estado.

Para fins de análise, os indicadores sociais utilizados na seção de trabalho, emprego e renda, no Piauí, foram: ocupação e desocupação (proporção da população ocupada ou desocupada com respeito à força de trabalho); formalidade e informalidade, avaliado por meio da proporção da população ocupada de 14 anos ou mais de idade, sem carteira assinada, podendo ser empregados de setor privado e doméstico, sem remuneração (contribuem em trabalhos familiares), e os sem CNPJ (empregadores e por conta própria); ocupação e rendimento segundo subgrupos de atividades econômicas; rendimentos (valor médio, classes de rendimento, coeficiente de Gini). Conforme a divulgação dos resultados, os dados que fundamentam esses indicadores são da PNAD Contínua, realizada pelo IBGE.

4.1 Ocupação e Desocupação

O IBGE (2012) caracteriza ocupação como a condição em que um indivíduo realiza alguma atividade remunerada, seja como empregado, empregador, trabalhador autônomo ou auxiliar familiar. Para ser classificado como ocupado, a pessoa precisa ter trabalhado pelo menos uma hora durante a semana de referência da pesquisa.

O termo desocupação é recente na literatura sobre as análises sociais. Em termos conceituais, de acordo com a “Resolução sobre Estatísticas de Trabalho, Emprego e Subutilização da Mão de Obra”, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (ILO, 2013), o termo “pessoas desempregadas” passa a ser considerado “pessoas desocupadas”. A referida resolução data de 2013, porém o Brasil, por meio do IBGE, passa a adotar o termo “pessoas desocupadas” somente no segundo semestre de 2016, adequando-se, dessa maneira, ao que preconiza a OIT.

As pessoas desocupadas são aquelas que se encontram em idade ativa e estão disponíveis para trabalhar, mas não estão empregadas e não conseguem encontrar uma ocupação. Além disso, para ser considerado desocupado é necessário que a pessoa tenha procurado trabalho nos últimos 30 dias e esteja disponível para começar a trabalhar imediatamente.

No período de 2020 a 2024, no Piauí, observou-se que o maior percentual de pessoas ocupadas do sexo masculino foi registrado em 2020 (61,1%), enquanto o menor ocorreu em 2023 (51,1%). Em relação ao sexo feminino, o maior percentual foi observado em 2023 (48,9%) e o menor em 2020 (38,9%). Os dados indicam uma redução na participação masculina ao longo do período e um aumento na participação feminina na população ocupada.

Na Região Nordeste, o percentual de pessoas ocupadas do sexo masculino foi de 61,5% no ano de 2021 e de 50,1% no ano de 2024. Em relação ao sexo feminino, a maior taxa foi de 49,9% em 2024 e a menor em 2021 com 38,5%. Observa-se, no Brasil, pouca variação no decorrer dos anos para ambos os sexos com destaque para o sexo masculino, com taxa superior ao feminino em quase toda série analisada (Ver Tabela 13).

Tabela 13 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024 (%)

Ano	Sexo	Nível Geográfico		
		Piauí	Nordeste	Brasil
2020	Homem	61,1	59,9	58,4
	Mulher	38,9	40,1	41,6
2021	Homem	59,4	61,5	57,5
	Mulher	40,6	38,5	42,5
2022	Homem	58,7	58,7	57,1
	Mulher	41,3	41,3	42,9
2023	Homem	51,1	50,3	50,1
	Mulher	48,9	49,7	49,9
2024	Homem	51,2	50,1	50
	Mulher	48,8	49,9	50

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual (2020-2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

No período de 2020 a 2024, observou-se que, no Piauí, o maior percentual de pessoas ocupadas pretas ou pardas foi de 81% em 2021, e o menor, 78,6% em 2022. Para a população branca, o maior percentual ocorreu em 2022 (21%) e o menor em 2021 (19%). No Nordeste, o maior percentual de pessoas pretas ou pardas foi registrado em 2021 (75,9%) e o menor em 2022 (73,9%), enquanto, para a população branca, o maior valor foi em 2023 (25,2%) e o menor em 2021 (24,1%). Em 2024, houve leve redução nos percentuais tanto para pessoas pretas ou pardas quanto para pessoas brancas no Brasil, no Nordeste e no Piauí, conforme a Tabela 14.

Tabela 14 – Pessoas de 14 anos ou mais por raça ou cor, no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024

Ano	Raça/Cor	Piauí	Nível Geográfico Nordeste	Brasil
2020 ¹	Branca	20,3	24,7	45,8
	Preta ou parda	79,7	75,3	53,1
2021 ¹	Branca	19	24,1	44,7
	Preta ou parda	81	75,9	54
2022	Branca	21	25	44,2
	Preta ou parda	78,6	73,9	54,7
2023	Branca	20,1	25,2	44,3
	Preta ou parda	79,9	74,8	55,7
2024	Branca	19,7	24,5	43,2
	Preta ou parda	79,7	74,5	55,6

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual (2020-2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Notas: Os dados para a Região Nordeste e para o Piauí, referentes aos anos de 2020 e 2021, são da Síntese dos Indicadores do IBGE de 2024. Para o ano de 2024, foram considerados os dados do 4.º Trimestre da PNAD de 2024.

A Tabela 15 faz referência às pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência, por sexo, no Piauí, Nordeste e Brasil no período de 2020 a 2024. No Piauí foi observado que, o maior percentual de pessoas desocupadas do sexo masculino foi de 14% no ano de 2020 e o menor percentual, de 6,7% no ano de 2024. Em relação ao sexo feminino, a maior taxa foi de 15,4%, no ano de 2020, enquanto a menor foi de 8%, no ano 2024.

Em relação ao Nordeste, o maior percentual de pessoas desocupadas do sexo masculino foi de 15,5% no ano de 2020 e o menor de 7,7% no ano de 2024. Para o sexo feminino, a maior taxa foi de 23,1% no ano de 2021, com a menor taxa em 2024 de 10,9%. No que se refere ao Brasil, observa-se um crescimento da desocupação para ambos os sexos, com destaque para o sexo feminino, com taxa superior ao masculino. Os números de 2024, quando comparados aos do ano anterior, se apresentam em queda em quase todos os recortes analisados, variando em aumento a taxa de desocupação de homens no Estado.

Tabela 15 – Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais por sexo no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024 (%)

Ano	Sexo	Piauí	Nível Geográfico Nordeste	Brasil
2020 ¹	Homem	14	15,5	11,9
	Mulher	15,4	19,7	17,2
2021 ¹	Homem	12,4	14,6	9
	Mulher	13,8	23,1	13,9
2022	Homem	7,5	9,1	6,5
	Mulher	12	13,2	9,8
2023	Homem	10,5	8,7	6
	Mulher	10,9	12,8	9,2
2024	Homem	6,7	7,7	5,5
	Mulher	8	10,9	8,1

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, Trimestral (2020-2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Nota: Os dados para a Região Nordeste e para o Piauí, referentes aos anos de 2020 e 2021, são da Síntese dos Indicadores do IBGE de 2024.

A Tabela 16 apresenta dados sobre a taxa de desocupação de pessoas de 14 anos ou mais de idade, por raça ou cor, no Piauí, Nordeste e Brasil, no período de 2020 a 2024. Os resultados mostram que, de modo geral, a taxa de desocupação das pessoas brancas é menor do que a das pessoas pretas ou pardas em todos os níveis geográficos analisados. Em 2024, por exemplo, a taxa de desocupação das pessoas brancas no Brasil foi de 4,9%, enquanto a das pessoas pretas foi de 7,5% e a das pessoas pardas de 7%, os menores valores do recorte temporal em destaque. No Nordeste, a diferença foi ainda maior: a taxa de desocupação das pessoas brancas foi de 8%, enquanto a das pessoas pretas alcançou 10% e a das pessoas pardas 8,6%, ainda que todas apresentem níveis superiores aos observados no cenário nacional.

Tabela 16 – Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade por raça ou cor no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024 (%)

Ano	Raça/Cor	Nível Geográfico		
		Piauí	Nordeste	Brasil
2020	Branca	...	...	11.6
	Preta	...	...	17.6
	Parda	...	...	16
2021	Branca	...	...	9
	Preta	...	...	13.6
	Parda	...	...	12.7
2022	Branca	8.9	9	6.2
	Preta	11.5	12.8	9.9
	Parda	9.4	11.2	9.2
2023	Branca	10.1	9.2	5.9
	Preta	10.8	11.9	9
	Parda	10.8	10.7	8.5
2024	Branca	7.8	8	4.9
	Preta	7.7	10	7.5
	Parda	7.4	8.6	7

Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).
Nota: os dados referentes são da PNAD Contínua, especificamente do 4.º Trimestre (2024).

Além disso, observam-se variações nas taxas de desocupação ao longo dos anos. No Piauí, por exemplo, a taxa de desocupação das pessoas pretas era de 11,5% e das pessoas pardas de 9,4% em 2022, reduzindo para 7,7% e 7,4%, respectivamente, em 2024. Já a taxa de desocupação das pessoas brancas no estado apresentou uma oscilação menor, passando de 8,9% em 2022 para 7,8% em 2024.

4.2 Formalidade e informalidade

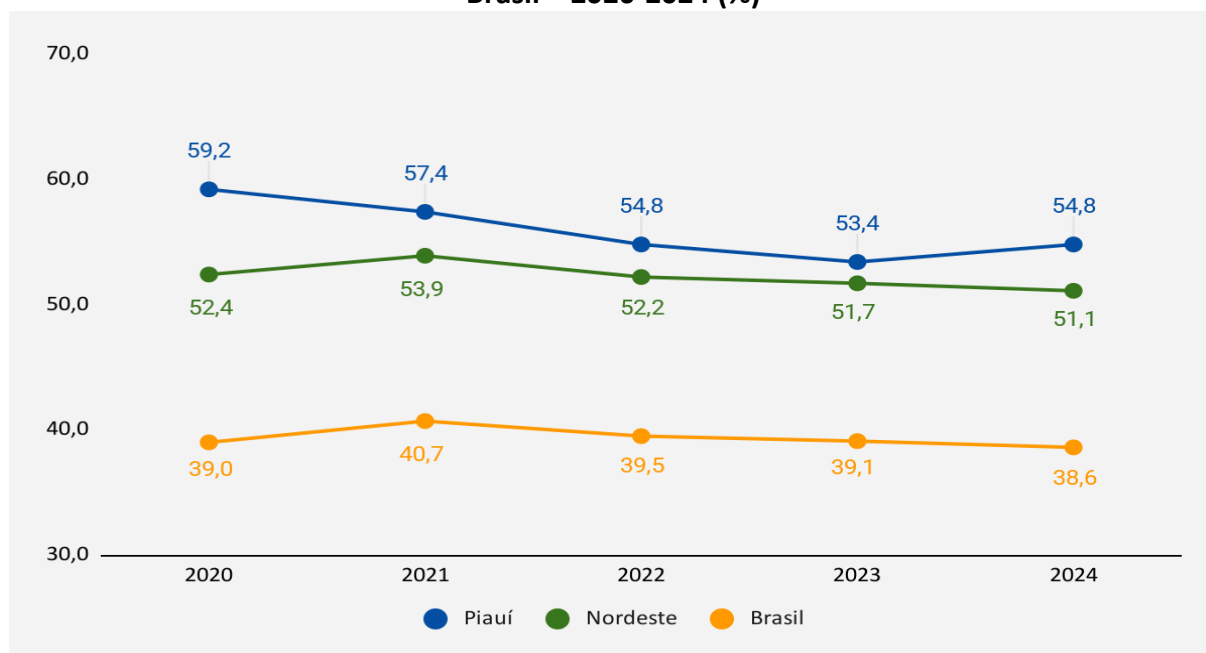
A formalidade no trabalho refere-se à condição em que o trabalhador possui vínculo empregatício reconhecido legalmente, seja por meio de carteira assinada ou registro formal de empresa, assegurando direitos trabalhistas e previdenciários. Em contraste, a

informalidade caracteriza-se pela realização de atividades por conta própria ou para empregadores sem registro formal, situação em que não há garantia de proteção trabalhista ou cobertura previdenciária (PNAD Contínua, 2024).

No que se refere à população de 14 anos ou mais, a análise da taxa de informalidade no Piauí (Gráfico 16), entre 2020 e 2024, indica trajetória de redução, ainda que em patamar elevado. Em 2020, o percentual registrado foi de 59,2%, passando para 54,8% em 2024, apesar da queda, o indicador permanece superior aos níveis observados em recortes territoriais mais amplos.

Na Região Nordeste, a taxa de informalidade atingiu 53,9% em 2021 e apresentou redução até alcançar 51,1% em 2024. Já no Brasil, os índices mantiveram relativa estabilidade ao longo do período, com registro de 40,7%, em 2021, e mínimo de 38,6% em 2024. Esses resultados evidenciam diferenças regionais persistentes e indicam que, embora haja tendência de diminuição, a informalidade continua sendo característica marcante do mercado de trabalho, especialmente em contextos subnacionais.

Gráfico 16 – Taxa de informalidade de pessoas de 14 anos ou mais no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024 (%)

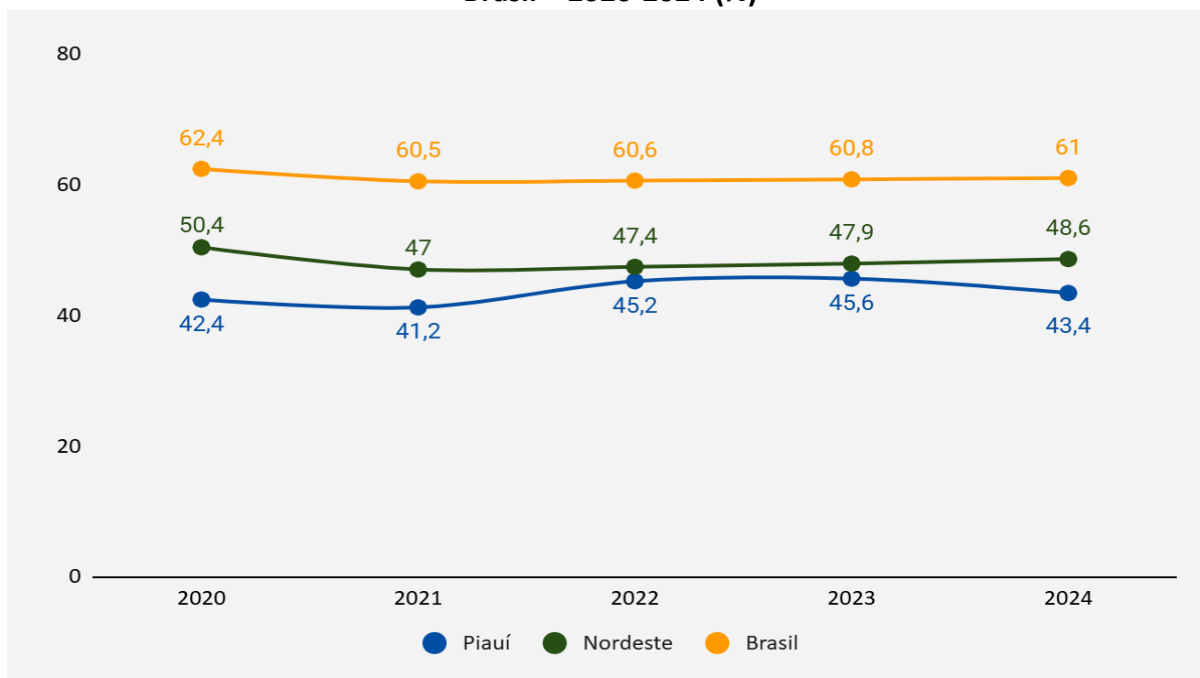


Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2020 a 2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

No que se refere à formalidade das pessoas de 14 anos ou mais no Piauí (Gráfico 17), observa-se que a maior taxa registrada foi de 45,6%, em 2023, recuando para 43,4% em 2024.

No contexto nacional, a taxa de formalidade alcançou 61%, em 2024, e a média do Nordeste foi de 48,6% no mesmo ano.

Gráfico 17 – Taxa de formalidade de pessoas de 14 anos ou mais no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024 (%)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2020 a 2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

4.3 Perfil das Pessoas Idosas no Mercado de Trabalho

Este tópico considera como pessoas idosas aquelas com 60 anos ou mais no ano de referência da pesquisa e tem como finalidade descrever sua inserção no mercado de trabalho. A participação desse grupo na atividade laboral relaciona-se a fatores como o aumento da expectativa de vida, mudanças nos arranjos familiares e a necessidade de complementação de renda, sobretudo em contextos de desigualdade socioeconômica. Nesse sentido, a permanência no trabalho tende a cumprir dupla função: garantir sustento econômico e preservar a autonomia individual, além de favorecer a participação social.

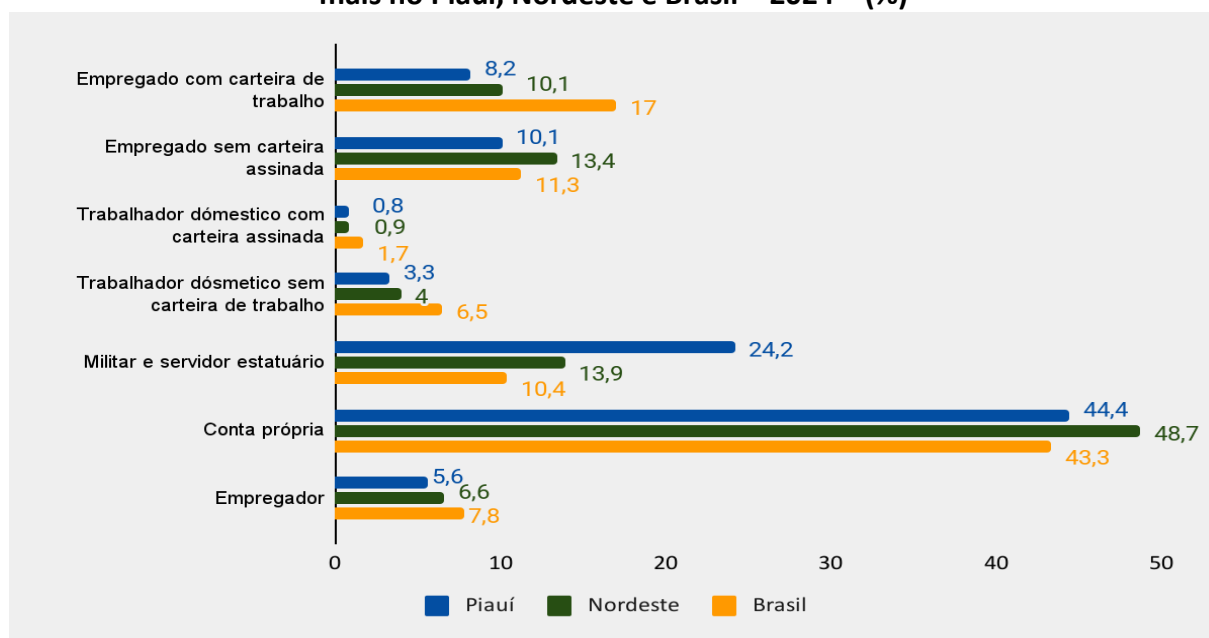
De modo geral, a inserção ocupacional da população idosa concentra-se em posições associadas à maior vulnerabilidade, como o trabalho por conta própria, o emprego sem carteira assinada e o trabalho doméstico, o que revela níveis elevados de informalidade. Em contrapartida, a parcela menor encontra-se em vínculos mais estáveis, como empregos com

carteira assinada, carreiras militares ou cargos públicos estatutários. Esse padrão reflete trajetórias laborais historicamente marcadas por desigualdades e restrições no acesso à proteção social ao longo do ciclo de vida.

No período de 2020 a 2024, observou-se predominância do trabalho por conta própria entre as pessoas idosas ocupadas no Piauí. Em 2024, essa modalidade concentrou 44,4% da população com 60 anos ou mais, evidenciando a persistência de níveis elevados de informalidade. A proporção de empregados sem carteira assinada (10,1%) superou a de trabalhadores com carteira assinada (8,2%), indicando que a expansão da ocupação não foi acompanhada por avanços significativos na formalização.

Os militares e servidores estatutários correspondiam a 24,2% dos idosos ocupados, o que demonstra a permanência de vínculos mais estáveis entre aqueles inseridos no setor público. Já o trabalho doméstico apresentou participação reduzida, especialmente na modalidade com carteira assinada, que representou 0,8% do total (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Distribuição percentual da pessoa idosa por posição na ocupação 60 anos ou mais no Piauí, Nordeste e Brasil – 2024 * (%)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2024 (acumulado de primeiras visitas).
Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Nota: Não são apresentados resultados para trabalhador familiar auxiliar.

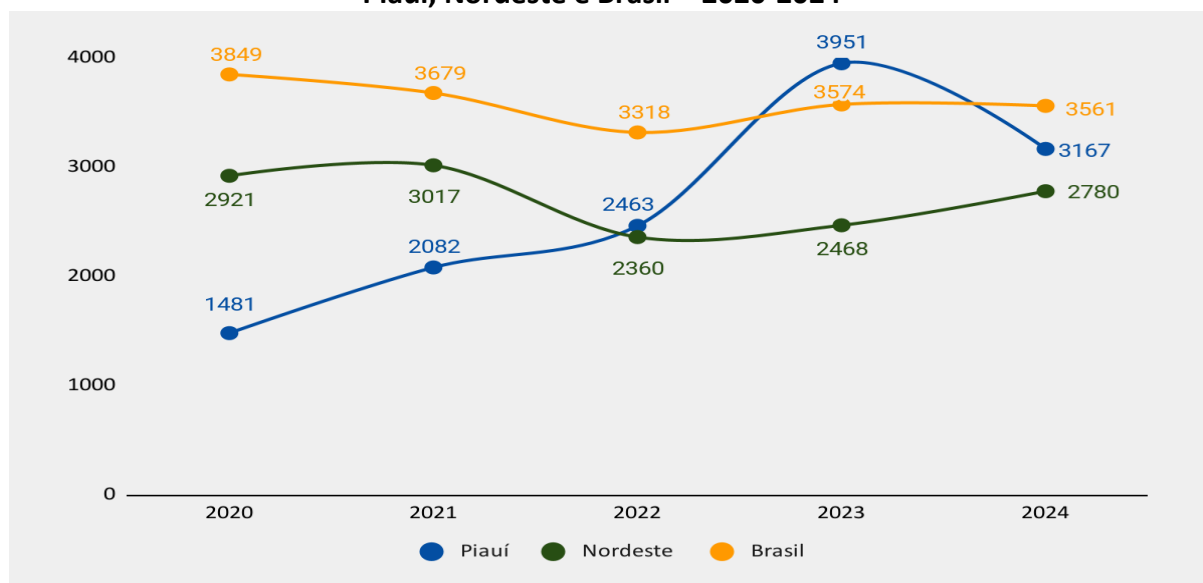
No Piauí, a inserção da população idosa (60 anos ou mais) no mercado de trabalho apresenta uma trajetória marcada por oscilações, mas com crescimento expressivo ao longo

do período analisado (Gráfico 19). Em 2020, o rendimento médio do trabalho dessa faixa etária era de R\$1.481, valor significativamente inferior aos observados no Nordeste (R\$2.921) e no Brasil (R\$3.849). Esse cenário evidencia, naquele momento, uma maior vulnerabilidade econômica dos idosos piauienses inseridos no mercado de trabalho.

Nos anos seguintes, observa-se uma evolução relevante no Piauí. Em 2021 e 2022, os rendimentos aumentaram para R\$2.082 e R\$2.463, respectivamente, indicando uma melhora gradual na remuneração da população idosa ocupada. Ainda assim, o Estado manteve-se abaixo das médias regional e nacional, refletindo desigualdades estruturais do mercado de trabalho local, especialmente quando comparado ao Brasil.

Esse cenário tem continuidade em 2023 com o Piauí se destacando pelo forte crescimento, quando o rendimento médio alcançou R\$3.951, superando tanto o Nordeste (R\$2.468) quanto a média nacional (R\$3.574). Esse resultado sugere uma valorização pontual da força de trabalho idosa no Estado, possivelmente associada à permanência em ocupações mais estáveis, ao acúmulo de experiência profissional ou à inserção em atividades com maior remuneração.

Gráfico 19 – Rendimento médio mensal do trabalho das pessoas de 60 anos ou mais no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024 *



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2024 (acumulado de primeiras visitas).
Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2024.

Em 2024, contudo, o Piauí apresentou retração, com rendimento médio de R\$3.167, embora ainda superior aos valores registrados nos anos iniciais da série. Nesse mesmo ano, o Nordeste registrou R\$2.780, mantendo-se abaixo do Piauí, enquanto o Brasil apresentou R\$3.561, retomando a liderança em termos de rendimento médio.

4.4 Pessoas ocupadas, na semana de referência, por grupamento de trabalho principal

O grupamento de trabalho principal é a atividade econômica na qual a pessoa trabalha, ou seja, o setor em que está empregada. Esse conceito é utilizado nas pesquisas do mercado de trabalho para classificar as ocupações de acordo com a atividade econômica em que são exercidas. Os grupamentos de trabalho principal são definidos de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), metodologia utilizada para padronizar a classificação das atividades econômicas no país.

A Tabela 17 apresenta a distribuição percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupamento de atividades no trabalho principal, no Piauí, de 2020 a 2024. Ao analisar os dados, observa-se oscilações na distribuição das pessoas ocupadas entre os diferentes setores econômicos ao longo dos anos.

No Piauí, entre 2020 a 2024, houve variações significativas em alguns setores. Por exemplo, o setor de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura apresentou uma queda acentuada na porcentagem de pessoas ocupadas, passando de 16,2% em 2020 para 12,2% em 2024. Por outro lado, o setor de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas apresentou oscilações anuais na sua representatividade, passando de 21,6% em 2020 para 20,5% em 2024.

Além disso, outros setores também apresentaram oscilações ao longo do período analisado. O setor de administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais teve um aumento gradual, saindo de 19,8%, em 2020, para 21,2%, em 2024.

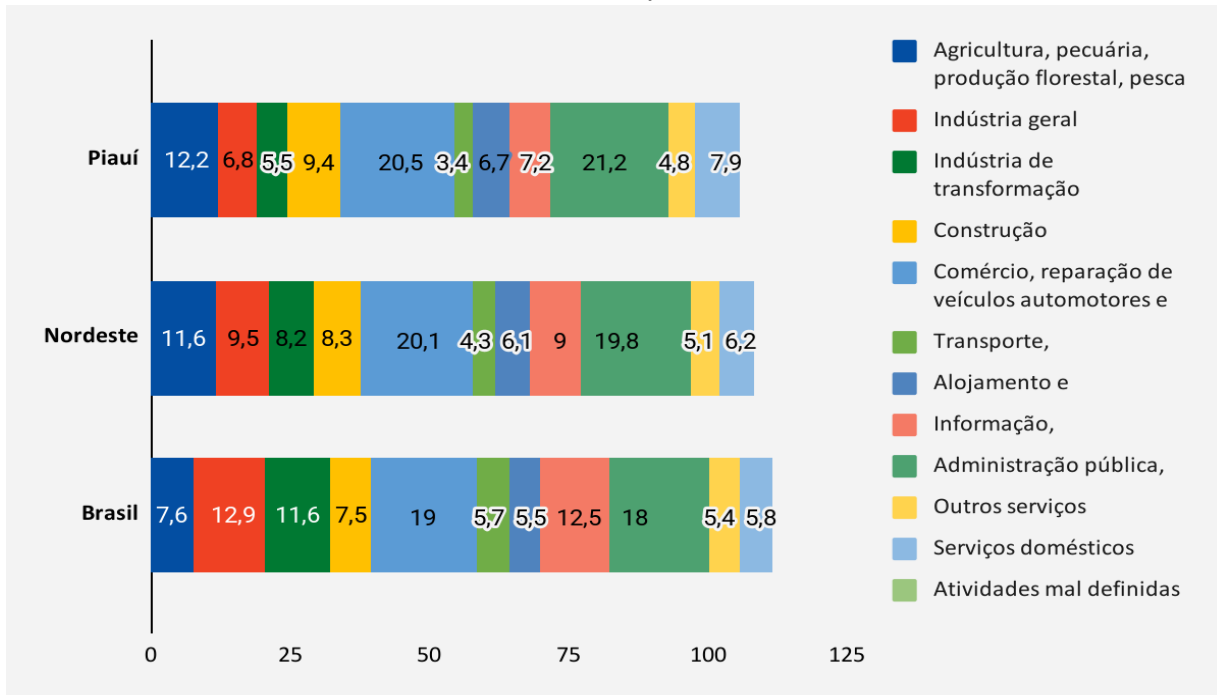
Tabela 17 – Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais por grupamento de atividades de trabalho no Piauí – 2020-2024

Grupamento	2020	2021	2022	2023	2024
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	16,2	18	12,5	12	12,2
Indústria geral	6,8	6,3	6,5	7	6,8
Indústria de transformação	6	5,4	5,1	5,8	5,5
Construção	8,9	9	8,3	8,5	9,4
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	21,6	20,1	21,4	22,7	20,5
Transporte, armazenagem e correio	3	4,6	3,1	3,6	3,4
Alojamento e alimentação	4,9	5,3	6,2	5,6	6,7
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	6,9	7,2	8,8	7,4	7,2
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	19,8	20,6	22,1	21,6	21,2
Outro serviço	4,6	5	4,7	4,6	4,8
Serviço doméstico	7,1	5,5	6,5	7,1	7,9
Atividades mal definidas	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2020 a 2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Os setores/grupamentos de “Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas” e “Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais” são os mais representativos não apenas no Piauí, mas nos dois outros níveis territoriais selecionados, o Nordeste e o Brasil (Gráfico 20).

Gráfico 20 – Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais por grupamento de atividades no trabalho no Piauí, Nordeste e Brasil – 2024



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

De forma comparativa, o Piauí possui uma participação maior tanto no comércio quanto na administração pública em relação à Região Nordeste e ao Brasil. Ressalta-se que essa diferença não é significativa, o que apresenta uma certa semelhança na estrutura ocupacional das regiões em destaque, isso no que diz respeito aos seus dois maiores setores/grupamentos.

4.5 Rendimentos (valor médio, classes de rendimento, coeficiente de Gini)

O rendimento da população é uma importante variável porque permite entender a distribuição de riqueza e desigualdade social em um país. Além disso, os rendimentos são um indicador importante da qualidade de vida das pessoas e podem influenciar em diversos aspectos, como saúde, educação e bem-estar. Compreender a dinâmica dos rendimentos também é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a redução da pobreza e da desigualdade, além de contribuir para a tomada de decisões estratégicas no âmbito empresarial e econômico.

Tabela 18 – Rendimento médio mensal real da população residente no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024

Nível Geográfico	2020	2021	2022	2023	2024
Piauí	1399	1414	1806	2145	2102
Nordeste	1554	1503	1714	1885	2080
Brasil	2213	2273	2533	2846	3057

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Os dados apresentados na Tabela 18 evidenciam a evolução do rendimento médio mensal real da população com rendimento no Piauí, no Nordeste e no Brasil entre 2020 e 2024, indicando uma trajetória geral de crescimento ao longo do período, ainda que com intensidades distintas. No Piauí, observa-se aumento expressivo do indicador, que passou de R\$1.399 em 2020 para R\$2.102 em 2024, correspondendo a um crescimento acumulado de aproximadamente 50,3%. Esse desempenho foi impulsionado principalmente pela forte elevação registrada a partir de 2022, apesar da leve retração observada em 2024 em relação ao ano anterior.

No Nordeste, o rendimento médio apresentou comportamento mais oscilante, com pequena redução em 2021, seguida de crescimento consistente nos anos subsequentes, alcançando R\$2.080 em 2024. No acumulado do período, a expansão foi de cerca de 33,9%, evidenciando a sensibilidade da região às variações econômicas, mas também um processo de recuperação a partir de 2022.

No âmbito nacional, observa-se uma trajetória de crescimento contínuo do rendimento médio mensal real, que evoluiu de R\$2.213 em 2020 para R\$3.057 em 2024, representando um aumento acumulado de aproximadamente 38,1%. Esse resultado indica o fortalecimento do poder de compra da população no período analisado, especialmente nos anos mais recentes.

Tabela 19 – Coeficiente de Gini no Piauí, Nordeste e Brasil – 2020-2024			
Ano	Piauí	Nível Geográfico Nordeste	Brasil
2020	0,474	0,526	0,524
2021	0,516	0,556	0,544
2022	0,518	0,517	0,518
2023	0,552	0,509	0,518
2024	0,493	0,502	0,506

Fonte: IBGE. PNAD Contínua (acumulado de primeiras visitas), a partir de 2020 (acumulado de quintas visitas).
Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Sobre o coeficiente de Gini (Tabela 19), do Piauí, analisado no período de 2020 a 2024, a melhor taxa observada foi no ano de 2020, com 0,474, porém entre os anos de 2021 e 2023 o índice apresentou um comportamento crescente chegando em 0,552. No Nordeste a melhor taxa foi identificada no ano de 2023 com 0,509. Em relação ao Brasil, observou-se que a menor taxa do coeficiente de Gini foi de 0,518 no ano de 2023 e a maior, em relação aos outros anos da série. Em 2024, último período analisado, observa-se que o Piauí registrou a menor taxa de Gini, alcançando 0,493. Esse resultado foi melhor que o verificado no Nordeste (0,502) e no Brasil (0,506).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Dicionário de indicadores educacionais**: fórmulas de cálculo. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo escolar (resultados)**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do comitê de prevenção do óbito infantil e fetal**. 5. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigilancia/guia-de-vigilancia-em-saude-5a-edicao-revisada-e-atualizada-2022/%40%40download/file>. Acesso em: fev. 2026.

BRASIL. **Síntese de indicadores sociais 2024**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. 136 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 54). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: dez. 2025.

IBGE. **Panorama do censo demográfico**. 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: dez. 2025.

IBGE. **Tábuas completas de mortalidade para o Brasil – 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9126-tabuas-completas-de-mortalidade.html>. Acesso em: fev. 2026.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=destaques>. Acesso em: dez. 2025.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**: composição da variável renda domiciliar per capita utilizada na análise da distribuição dos rendimentos. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: dez. 2025.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**: características adicionais do mercado de trabalho 2024 – Informativo. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102236_informativo.pdf. Acesso em: fev. 2026.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). Resolution I: Resolution concerning statistics of work, employment and labour underutilization. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE OF

LABOUR STATISTICIANS, 19., Geneve, 2013. Proceedings [...]. Geneve: ICLS, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_230304.pdf. Acesso em: 2025.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais**: conceitos de dados e aplicações. São Paulo: Editora Alínea, 2009.



GLOSSÁRIO

CadÚnico: O Cadastro Único para Programas Sociais é um registro que identifica e caracteriza famílias de baixa renda em todo o Brasil. Ele coleta informações como endereço, composição familiar, escolaridade e renda, servindo como principal ferramenta para inclusão em programas federais, como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida. Além de facilitar a gestão de políticas sociais, proporciona uma visão abrangente das necessidades da população vulnerável.

Condição de ocupação do domicílio: classificação do domicílio particular permanente, conforme a sua condição de ocupação pelos moradores, em: próprio de algum morador, já pago, para o domicílio de propriedade, total ou parcial, de morador e que estava integralmente pago, independentemente da condição de ocupação do terreno; próprio de algum morador, ainda pagando, para o domicílio de propriedade, total ou parcial, de morador e que não estava integralmente pago, independentemente da condição de ocupação do terreno; alugado - para o domicílio cujo aluguel era, total ou parcialmente, pago por morador; cedido - para o domicílio cedido gratuitamente por empregador de morador, instituição ou pessoa não moradora (parente ou não), ainda que mediante uma taxa de ocupação ou conservação. Nessa condição, incluiu-se o domicílio cujo aluguel era integralmente pago, direta ou indiretamente, por empregador de morador, instituição ou pessoa não moradora; ou outra - para o domicílio ocupado em condição diferente das anteriormente arroladas, como, por exemplo, no caso de invasão.

Condições de vida: são representadas por três aspectos: a) domicílios; b) educação, c) saúde; que apontam as condições de moradia, educação e de saúde da população piauiense. Esses quatro elementos são essenciais para uma vida digna e saudável, proporcionando um desenvolvimento sustentável.

Cor ou raça: característica declarada pelas pessoas com base nas seguintes opções: branca, preta e parda. Em alguns momentos são agregadas as cores ou raças pretas e pardas, em particular, por conta do preconceito de marca que cobre o Brasil. A categoria parda está associada à miscigenação.

Domicílio: local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, permitindo que os moradores se isolem.

Empregador: pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

Escolaridade média: é o número médio de anos de estudos, que expressa a escolaridade média (em anos) da população, podendo ser calculado por grupos de idade.

Estabelecimento de saúde: espaço físico delimitado e permanente onde se realiza ações e serviços de saúde humana sob responsabilidade técnica, conforme disposto no Art. 360 da Portaria de Consolidação nº 1, de 28.09.2017, do Ministério da Saúde.

Expectativa de vida ao nascer: número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Expressa a longevidade da população.

Formalidade: caracteriza-se quando há um vínculo empregatício de acordo com as leis trabalhistas vigentes, ou seja, quando o trabalhador possui registro na carteira de trabalho, recebe benefícios sociais e contribui para a Previdência Social.

Grupamento de trabalho principal: é uma classificação que agrupa as ocupações de acordo com suas características e atividades principais. Essa classificação é utilizada para obter informações sobre o mercado de trabalho, identificando os diferentes setores da economia e as ocupações mais comuns em cada um deles. Os grupamentos de trabalho principal são definidos de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), que é uma metodologia utilizada para padronizar a classificação das atividades econômicas no país.

Índice (ou coeficiente) de Gini: medida de desigualdade relativa obtida a partir da Curva de Lorenz, que relaciona o percentual acumulado da população em ordem crescente de rendimentos (eixo x) e o percentual acumulado de rendimentos (eixo y). Quando os percentuais acumulados de população correspondem aos percentuais acumulados de rendimentos (10% da população com 10% dos rendimentos, por exemplo), tem-se a linha de perfeita igualdade. A Curva de Lorenz representa a distribuição real de rendimentos de uma dada população, tendo, em geral, formato convexo. Quanto mais afastada da linha de perfeita igualdade, mais desigual a distribuição. O índice de Gini é uma medida numérica que representa o afastamento de uma dada distribuição de renda (Curva de Lorenz) da linha de perfeita igualdade, variando de “0” (situação onde não há desigualdade) a “1” (desigualdade máxima, ou seja, toda a renda apropriada por um único indivíduo).

Informalidade: é constituída de empregados que não possuem vínculos com a empresa nas quais trabalham, além de empregadores e trabalhadores por conta própria, cujas empresas não estão registradas no CNPJ e que não contribuem para a Previdência Social do país.

Insegurança alimentar grave: é um estado que impacta diretamente as crianças da família, podendo chegar à fome, definida como a ausência total de alimentação durante um dia inteiro devido à falta de recursos financeiros para comprar comida.

Insegurança alimentar leve: é caracterizada pela incerteza sobre a continuidade do acesso aos alimentos no futuro, e pode envolver a escolha de alimentos de qualidade inferior para evitar a redução da quantidade disponível.

Insegurança alimentar moderada: é quando há uma redução na quantidade de alimentos consumidos, principalmente pelos adultos, afetando os padrões habituais de alimentação.

Leito de internação: cama numerada e identificada destinada à internação de paciente em um hospital, localizada em quarto ou enfermaria. O leito de internação constitui o endereço exclusivo desse paciente durante a sua estadia no hospital e vincula-se a uma unidade de internação ou serviço com vistas a atender a ambiência hospitalar necessária para a execução do processo assistencial, qualificado e humanizado, em conformidade com a Resolução nº 50, de 21.02.2002, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Morador: pessoa que tem o domicílio como local habitual de residência e nele se encontra na data de referência, ou que, embora ausente na data de referência, tem o domicílio como residência habitual, desde que essa ausência não seja superior a 12 meses em relação àquela data, em decorrência dos seguintes motivos: viagens (a passeio, a serviço, a negócio, de estudos etc.); internação em estabelecimento de ensino ou hospedagem em outro domicílio, pensionato, república de estudantes, visando facilitar a frequência à escola durante o ano letivo; detenção sem sentença definitiva declarada; internação temporária em hospital ou estabelecimento similar; ou embarque a serviço (militares, petroleiros).

Mortalidade materna: é definida como o óbito de mulheres durante a gestação, parto ou até 42 dias após o parto, por causas relacionadas à gravidez ou ao parto.

Mortalidade na infância: é um indicador que mede o número de óbitos de crianças com menos de 5 anos de idade por cada mil nascidos vivos.

Mortalidade neonatal: é o óbito de um recém-nascido (até 28 dias de vida) durante o primeiro mês de vida.

Perfil das pessoas idosas no mercado de trabalho: Refere-se ao conjunto de características da população com 60 anos ou mais relacionadas à sua participação no mercado de trabalho, incluindo nível de ocupação, tipo de vínculo (formal ou informal), posição na ocupação, setor de atividade e rendimento do trabalho. Esse indicador permite analisar o grau de inserção produtiva das pessoas idosas e suas condições de trabalho e renda.

Pessoas desocupadas: são aquelas que se encontram em idade ativa e estão disponíveis para trabalhar, mas não estão empregadas e não conseguem encontrar uma ocupação. Além disso,

para ser considerado desocupado, é necessário que a pessoa tenha procurado trabalho nos últimos 30 dias e esteja disponível para começar a trabalhar imediatamente.

Pessoas ocupadas: são aquelas que trabalham pelo menos uma hora remunerada na semana de referência da pesquisa, ou que estão afastadas do trabalho por um período de até 30 dias, como férias ou licença médica. Além disso, também são consideradas pessoas ocupadas aquelas que, mesmo não tendo trabalhado na semana de referência, possuem emprego ou negócio próprio do qual estão temporariamente afastadas.

População: o IBGE utiliza o conceito de população residente ou "de direito", ou seja, a população é enumerada no seu local de residência habitual.

Programa Bolsa Família: é uma política do governo brasileiro que visa transferir renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Por meio de benefícios financeiros, o programa busca garantir segurança alimentar, promover acesso à educação e à saúde, e incentivar a inclusão social. As famílias são selecionadas com base em critérios de renda e devem cumprir condições relacionadas à frequência escolar e às atividades de saúde, contribuindo para o desenvolvimento humano e social dos beneficiários.

Rendimento médio mensal real domiciliar per capita: é a média do total de rendimentos recebidos por todas as pessoas que moram em uma mesma residência, dividido pelo número total de moradores dessa residência. Ou seja, é uma medida que indica quanto, em média, cada pessoa de um determinado domicílio recebe de renda por mês, descontando a inflação.

Situação de pobreza: corresponde à condição em que pessoas, famílias ou domicílios se encontram em elevado grau de vulnerabilidade social, em razão da insuficiência de renda e das limitações no acesso a bens e serviços essenciais à sobrevivência. A pobreza é um fenômeno multidimensional e pode ser medida com uma abordagem que dá conta de diversas dimensões de restrição de acesso.

Segurança alimentar: é uma condição em que uma família dispõe de acesso contínuo a alimentos em quantidade suficiente para satisfazer as necessidades nutricionais de todos os seus membros, sem prejudicar o atendimento de outras necessidades básicas.

Taxa de frequência escolar bruta e líquida: Indicador que mede a participação da população em determinada faixa etária no sistema de ensino. A taxa de frequência escolar bruta corresponde à razão entre o total de pessoas que frequentam determinado nível de ensino, independentemente da idade, e a população na faixa etária teórica correspondente a esse nível. Já a taxa de frequência escolar líquida considera apenas as pessoas da faixa etária

adequada que frequentam o nível de ensino correspondente à sua idade, permitindo avaliar o acesso e a adequação entre idade e etapa de ensino no tempo esperado.

Taxa de analfabetismo: mede o grau de analfabetismo da população. Avalia o percentual de pessoas analfabetas em determinada faixa etária. Usualmente é considerada a faixa etária de 15 anos ou mais, isto é, o analfabetismo avaliado acima da faixa etária onde, por lei, a escolaridade seria obrigatória.

Taxa de distorção idade-série: é o percentual de alunos que têm idade acima da esperada para o ano em que estão matriculados.

Territórios de Desenvolvimento: constituem as unidades de planejamento da ação governamental, visando a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, a redução de desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população piauiense.